



A LÓGICA DAS RAÍZES HISTÓRICAS

Geopolítica e os perigos de discursos que ecoam tragédias do século 20.
Por Edoardo Pacelli, **página 2**



MINISTÉRIO DA CULTURA: 40 ANOS

Políticas culturais, identidade e a importância da integração.
Por Humberto Cunha Filho, **página 2**



GRILAGEM: ESPOLIAÇÃO DAS FLORESTAS

Atividade saqueia a Amazônia por dentro sem que ninguém perceba.
Por Ana Rita Albuquerque, **página 4**

EUA enfrentam risco de estagflação, segundo Fed

As ações dos EUA fecharam novamente em forte baixa nesta sexta-feira. O Dow Jones Industrial Average caiu 5,50%, para 38.314,86 pontos; o S&P 500 afundou 5,97%, para 5.074,08; e o Nasdaq Composite Index desabou 5,82%, para 15.587,79 pontos.

Todos os 11 setores primários do S&P 500 fecharam no vermelho, com energia e finanças liderando as perdas (-8,70% e -7,39%, respectivamente). O mercado imobiliário registrou o declínio mais fraco, com queda de 2,51%.

O mercado de ações britânico registrou pior queda diária desde março de 2020, na véspera do lockdown da Covid-19. O índice FTSE 100 caiu 4,95% e fechou em 8.054,98 pontos nesta sexta-feira. Os bancos foram os mais atingidos, enquanto as empresas de serviços públicos estavam entre os poucos ganhadores.

Paula Zogbi, gerente de Research da Nomad, salienta que o cenário cada vez mais aponta para uma desaceleração e uma possível recessão nos EUA, o que impacta o ambiente global. “Commodities, por exemplo, devem ser fortemente afetadas se o ambiente for de queda na atividade de forma generalizada.”

O Nasdaq entrou oficialmente em bear market (tendência de queda), com retração de 20% em relação ao último pico, e os ganhos dos títulos do Tesouro dos EUA de 10 anos ficaram abaixo de 4%, “precificando a necessidade de cortes de juros pelo Fed para estimular a atividade, ou, em outras palavras, mais um sinal de desaceleração da atividade”, explica Zogbi.

O presidente do Federal Reserve (Fed, o Banco Central dos EUA), Jerome Powell, disse em discurso nesta sexta-feira que as tarifas podem levar a um cenário de inflação mais pressionada e crescimento mais lento, ou seja, estagflação. “Na fala, ele lembrou que a obrigação da autoridade monetária é manter as expectativas de longo prazo para a inflação ancoradas e disse que a perspectiva continua altamente incerta, com riscos elevados para o desemprego, além de afirmar que os preços das residências seguirá elevado”, comenta Paula Zogbi.

O JPMorgan Chase, o maior banco norte-americano em ativos, elevou para 60% a probabilidade de uma recessão nos Estados Unidos neste ano.

China aumenta tarifas sobre EUA e limita exportações de terras raras

Resposta vai além das taxas sobre importações

O governo chinês anunciou nesta sexta-feira que a partir de 10 de abril taxará em 34% todas as importações de produtos originários dos EUA. Foi uma resposta às medidas protecionistas anunciadas em quarta-feira (2) pelo presidente dos EUA, Donald Trump.

Outras movimentações feitas pelo governo chinês indicam que a reação ao tarifaço dos Estados Unidos não ficará restrita a taxas de importação. O Ministério do Comércio e a Administração Geral das Alfândegas da China (GAC) anunciaram nesta sexta-feira medidas de controle de exportação sobre determinados itens relacionados a sete tipos de terras raras médias e pesadas.

Em 2019, os Estados Unidos

importaram da China 90% das terras raras de que precisavam, segundo o Serviço Geológico dos EUA (USGS). O valor estimado dos compostos de terras raras e metais importados pelos Estados Unidos em 2023 foi de US\$ 190 milhões, uma redução de 7% em relação aos US\$ 208 milhões em 2022.

Trump tenta diversificar as importações e pressiona a Ucrânia para entregar seus minerais, mas não depósitos conhecidos de terras raras no país europeu. A China detém cerca de 70% da produção global dos minerais e possui pelo menos 85% da capacidade de processamento mundial de terras raras.

As medidas, que entram em vigor imediatamente, “visam proteger melhor a segurança e os

interesses nacionais, bem como cumprir a não proliferação e outras obrigações internacionais”, disse um porta-voz do Ministério do Comércio. Esses materiais possuem usos tanto militares quanto civis.

A China está disposta a fortalecer as trocas e a cooperação internacionais e a promover um comércio em conformidade com regras por meio de mecanismos de diálogo e comunicação bilaterais sobre controle de exportação, afirmou o porta-voz.

A GAC também decidiu suspender as exportações de carne de aves de cinco empresas dos EUA para a China, bem como suspenderá a qualificação de uma companhia norte-americana para exportar sorgo. As alegações são de problemas sanitários.



Paulo Pinto/Fotos Públicas

Varejo abre ano em alta com emprego aquecido, mas juros podem forçar desaceleração

As vendas do comércio varejista paulista cresceram 9,9% em janeiro, na comparação com o mesmo período do ano passado. Os dados são da Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista (PCCV), elaborada mensalmente pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomércio-SP) em parceria com a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (Sefaz-SP). No mês, o faturamento real atingiu R\$ 116,7 bilhões – R\$ 10,5 bilhões acima do apurado em 2024,

a maior cifra para um mês de janeiro desde 2008.

Contudo, é importante ressaltar que o montante diz respeito às receitas, e não à lucratividade. O recorde no faturamento está ligado, de alguma forma, ao índice de inflação, que elevou os preços de vários produtos, impactando a mensuração do volume movimentado em vendas. Em outras palavras, vender mais não significa lucrar mais.

A Federação também destaca que o bom desempenho do Comércio no início do ano é mais

reflexo do mercado de trabalho aquecido, que aumenta o contingente de pessoas com capacidade de consumir. Em uma conjuntura macroeconômica marcada por inflação acima do teto da meta e juros elevados, a expectativa da entidade é de desaceleração a partir do segundo trimestre.

Os juros altos, com a Selic em 14,25% e previsão de atingir 15% ao ano (a.a.) em maio, devem dificultar o acesso ao crédito, afetando principalmente a compra de automóveis, móveis e eletrodomésticos.

Microsoft completa 50 anos: do DOS à IA

A Microsoft está comemorando 50 anos, meio século de presença tecnológica nos lares e empresas, que vai desde a criação de software que ajudou a popularizar os computadores pessoais na década de 1970 até o surgimento de uma nova categoria de produtos impulsionada por processadores dedicados à inteligência artificial.

Bill Gates e Paul Allen são os arquitetos da Microsoft (ou Microsoft, em seus primórdios), uma empresa de programação responsável pelo software que operava o computador pessoal Altair 8800.

A empresa nasceu em 4 de abril de 1975, embora seu popular sistema operacional, o Windows, ainda levasse dez anos para aparecer. Antes disso, eles desenvolveram o MS-DOS para a IBM, baseado em linha de comando, que se tornaria o padrão do setor até 1990.

O Windows propôs uma interface gráfica mais amigável, já existente nos computadores da Apple, que com o tempo foi atualizada e acompanhada por novas categorias de software, como programas de escritório e produtividade no pacote Office.

O lançamento do Windows 95, quando a empresa completava 20 anos, foi um marco no sistema operacional da Microsoft devido aos novos recursos que introduziu: o som característico de inicialização, a barra de tarefas, a lixeira e os atalhos na área de trabalho. Ele também facilitou a instalação de hardware com um sistema *plug and play*, relata a agência de notícias Europa Press.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,8531
Dólar Turismo	R\$ 6,0330
Euro	R\$ 6,4010
Iuan	R\$ 0,8026
Ouro (gr)	R\$ 573,48

ÍNDICES

IGP-M	-0,34% (março)
	1,06% (fevereiro)
IPCA-E	
	RJ (dezembro) 0,36%
	SP (dezembro) 0,36%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63%

A lógica das raízes históricas

Por Edoardo Pacelli

Há poucos dias, Vladimir Putin, falando sobre a ambição de Donald Trump de adquirir a Groenlândia, esclareceu a nova filosofia pela qual, hoje, as grandes potências abordam o mundo. De fato, quando Donald anunciou suas intenções em relação à Groenlândia, junto com a reconquista do Canal do Panamá, observadores internacionais pensaram que era apenas mais uma brincadeira.

Então, alguns dias atrás, o inquilino da Casa Branca reintroduziu o assunto com mais vigor e, logo depois, veio a notícia da viagem de Vance, vice-presidente dos EUA, e sua esposa à ilha do

Ártico. Esse interesse exagerado e reiterado do presidente americano levou até mesmo o Parlamento local, eleito recentemente, a criar imediatamente um governo de unidade nacional para se opor ao projeto.

O que tornou a história, que parecia uma piada, ainda mais acalorada foi o comentário recente de Putin. Uma espécie de bênção: “Estes não são discursos extravagantes: os planos para a Groenlândia têm raízes históricas de longa data.”

Putin, em suma, levou os desejos de Trump ao pé da letra. Ele abordou a questão com tanta autoconfiança, levantando a dúvida de que o tópico tenha sido discutido na conversa entre os dois, há algumas semanas. Parecia que as palavras do

czar tinham o sabor de uma legitimação dos objetivos do presidente americano. Além disso, com a astúcia luciferiana de um ex-KGB, o homem do Kremlin argumentou seu meio-consentimento com a mesma lógica com a qual motivou a agressão à Ucrânia: “Raízes históricas”. Uma espécie de equação. Para ele, assim como a Ucrânia não é uma nação, mas território russo, o mesmo pode ser dito sobre a relação entre Groenlândia e Estados Unidos.

Não faltam semelhanças entre as duas histórias. A Ucrânia foi atacada porque não tinha cobertura internacional, era uma ovelha perdida fora da Otan e da União Europeia. O lobo do Kremlin, se não fosse pela resistência heroica de

Kiev, não teria sofrido represálias. A Groenlândia é uma região autônoma da Dinamarca, que optou por não aderir à UE. Então, se Donald realmente tentasse, ele teria uma complicação a menos.

O que surpreende, em relação ao passado, fazendo entender o quanto o mundo mudou, é o halo de normalidade com que aqueles que governam as grandes potências decidem atacar outra nação ou não escondem sua intenção de se apoderar, unilateralmente, de territórios que consideram estratégicos. Putin queria Donbass pelas terras raras? Ele não pensou duas vezes antes de tomá-lo. Trump cobiça os minerais da Groenlândia? Bem, ele não tem escrúpulos em declarar que os quer.

Nessa lógica, o direito internacional, as fronteiras, a independência dos territórios, a autodeterminação dos povos e o respeito às alianças são pequenos detalhes. Voltamos à força, à força bruta, sob o disfarce de “raízes históricas”. Para Putin, a Rússia de Kiev é o Estado que deu origem à Rússia de Moscou; para ele, russos e ucranianos são a mesma coisa: um rosto, uma raça. Isso também pode levar Trump, um dia, a mencionar o fato de que o viking Leif Erikson, filho de Erik, o Vermelho (o mesmo penteado flamejante de Donald e primeiro colonizador da Groenlândia), chegou à América 500 anos antes de Colombo. Para demonstrar, como Putin ensina, que a América e a ilha

do Ártico têm “raízes históricas” comuns.

Mas, se pensarmos bem — e um arripio percorrer a espinha — as “raízes históricas” dos territórios estiveram na origem das grandes tragédias do século passado.

Hitler iniciou a Segunda Guerra Mundial reivindicando os Sudetos da Tchecoslováquia e Danzig da Polônia, por razões étnicas. Voltando a nós, podemos apostar que, devido às “raízes históricas”, como Putin com a Ucrânia e Trump com a Groenlândia, Xi, em breve, retornará para reivindicar Taiwan para si, com maior arrogância.

Edoardo Pacelli

é jornalista, ex-diretor de pesquisa do CNR (Itália), editor da revista *Italia-miga* e vice-presidente do *Ideus*.

40 anos do Ministério da Cultura: tempo de maturidade

Por Humberto Cunha Filho

Criado em 1985, apesar de três rebaixamentos ao status de secretaria, o Ministério da Cultura celebra 40 anos de atividades, idade que, para as pessoas naturais, é tão importante a ponto de ser associada ao verdadeiro nascimento social, pois nela geralmente se firma aquilo que chamamos de maturidade — fase da vida caracterizada por sabermos o que queremos, quais são os nossos propósitos e por termos clareza ao comunicar nossas vontades e decisões às pessoas com as quais convivemos.

Apesar de quarentão, o tão sofrido quanto importante ministério ainda padece de graves imaturidades, seja quando se vincula à confusa ideia de servir apenas aos “fazedores de cultura” (e não a toda a sociedade), seja quando navega no universo político sem uma definição segura das razões de sua própria existência, como no exemplo que exploraremos adiante.

Quem visita o site do Ministério da Cultura do Brasil nota que, em termos retóricos, uma das ideias mais valorizadas é a de “sistema”, havendo abas específicas

para alguns deles. Na prática, porém, parece que as coisas funcionam de forma um tanto quanto “assistemática”, pelo menos no campo normativo. Já tivemos a oportunidade de analisar a (in)compatibilidade da Lei do Sistema Nacional de Cultura em relação à Constituição, cuja conexão lembra a de um casal numa dança em que um dos dois tem baixíssima noção de movimentos e ritmos (a lei), chegando a pisotear e desequilibrar o parceiro (a Constituição).

Buscando elementos para um estudo comparado entre órgãos de gestão cultural, deparei-me com o Decreto nº 11.336, de 1º de janeiro de 2023, que, dentre outras providências, aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Cultura, a qual consta do Anexo I. O Art. 1º especifica, em oito incisos, os assuntos que integram a “área de competência” da pasta sob análise, cujo conhecimento e leitura suscitam mais dúvidas que certezas, fazendo com que a norma não cumpra isoladamente a sua função (ser entendida a partir da leitura) e, por conseguinte, não tenha, muito menos, possibilidade de integração sistêmica.

O primeiro inciso contempla a “política nacional

de cultura e política nacional das artes”, suscitando muitas perguntas: são duas políticas? A política das artes (espécie) não está contida na política de cultura (gênero)? A dicotomia faz com que qualquer assunto cultural diferente das artes integre a política de cultura?

A última dúvida parece particularmente pertinente, pois não se vê referência ao todo de uma política patrimonial, mas apenas a um aspecto pontual, a saber: “proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural” (inciso II).

Nesse caso, os primeiros questionamentos que afloram são: nessas esferas, a ação se resume à proteção? E os patrimônios histórico e artístico (espécies) não se integram ao dimensionamento de patrimônio cultural (gênero) contido no Art. 216 da Constituição? Se sim, e se a justificativa for a necessidade de especificação, por que não aparece, por exemplo, o patrimônio da paisagem cultural?

Complica um pouco mais o quadro o inciso VIII, que determina a “formulação e implementação de políticas, de programas e de ações para o desenvolvimento do setor museal”, potencialmente composto de todo tipo de acervo e, portanto,

de todo tipo de patrimônio. Mas por que só os museus? Qual a razão de não aparecerem os arquivos e as bibliotecas, equipamentos citados no mesmo regimento? Decorreria do fato de que essa atividade de política cultural está atribuída a outro órgão da estrutura federal? Se sim, como se explicam órgãos específicos da pasta que tratam dos assuntos omitidos?

Bem curioso é o papel coadjuvante do MinC, contido no inciso IV, de prestar “assistência ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária nas ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos”.

Esse dispositivo revela a ideia de transculturalidade, segundo a qual a atividade cultural atravessa os distintos setores e órgãos da estrutura pública. Todavia, no caso concreto, a preocupação se centra na “identidade”, quando deveria estar na “identificação”, pois uma comunidade quilombola pode ter, por base de sua formação, a diversidade cultural. Aliás, o inciso V reforça esse argumento ao

aludir à “proteção e promoção da diversidade cultural”.

Igualmente, deveria constar no âmbito da transculturalidade o “desenvolvimento e a implementação de políticas e ações de acessibilidade cultural” (inciso VII) e o “desenvolvimento econômico da cultura e a política de economia criativa” (inciso VI), pois essas se materializam em atividades que podem ocorrer em qualquer órgão ou política, públicos ou privados.

Por fim, há a “regulação dos direitos autorais” (inciso III), competência que acende um alerta em face da diferença entre as palavras “regulação” (especificar direitos e deveres) e “regulamentação” (definir políticas e procedimentos). No caso, a regulação é feita por lei (atualmente, a Lei nº 9.610/1998), cuja matéria sequer é privativa do Poder Executivo; portanto, quando muito, a estrutura do Ministério da Cultura pode apenas regulamentar aspectos operativos dos direitos autorais e se encarregar do assunto nos limites da gestão federal.

Esse quadro sugere que a efetiva valorização da ideia sistêmica merece mais cautela e atenção no âmbito do Ministério da Cultura, pois

ele trata de temas muito diversos e com delimitações imprecisas. Se as normas não forem claras e coerentes, leva-se a voluntarismos que ampliam ainda mais as incertezas sobre as políticas e os direitos culturais.

O panorama descrito (que é apenas um exemplo, como visto), associado à efeméride dos 40 anos, torna recomendável que o MinC faça uma reflexão profunda sobre os significados de sua existência, como exercício de autoconhecimento, para que reconstrua sua própria identidade normativa e a comunique de forma coerente e inclusiva ao conjunto do povo brasileiro. Para tanto, não precisa abandonar as demandas do presente, mas deve agregar a elas os saberes obtidos no passado, projetando-os, com os aprimoramentos necessários, aos projetos futuros, pois o ato integrador das três dimensões referidas chama-se, a propósito, tempo cultural.

Humberto Cunha Filho

é professor de Direitos

Culturais nos programas

de graduação, mestrado

e doutorado da Universidade

de Fortaleza (Unifor)

e presidente de Honra do

IBDCult – Instituto Brasileiro

de Direitos Culturais.

Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A

Rua Marçílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.

Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001

São Paulo - SP - Brasil

Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável

Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial

Adhemar Mineiro

José Carlos de Assis

Maurício Dias David

Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à



Serviços noticiosos:

Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912

monitormercantil.com.br

twitter.com/sigaomonitor

redacao@monitormercantil.com.br

publicidade@monitor.inf.br

monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura

Mensal: R\$ 180,00

Plano anual: 12 x R\$ 40,00

Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas





FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

'Parem de mentir para o povo brasileiro' sobre os juros

Em sessão solene de homenagem aos 60 anos do Banco Central, na terça-feira (1º), com a presença do presidente da instituição, Gabriel Galípolo, um deputado foi direto ao ponto: “Parem de mentir para o povo brasileiro que a culpa é do déficit público! Não é. O déficit público do ano passado foi mínimo. Os Estados Unidos foi dez vezes maior. E vocês também são responsáveis por essa situação caótica do povo brasileiro, empobrecido pelas elevadas taxas de juros que vocês praticam, sem ficar vermelho como estão agora.”

A crítica, que poderia ter sido feita por um parlamentar da esquerda, é do deputado Luiz Carlos Haully (Pode-PR). O deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE) também enfatizou que o governo reduziu as despesas em relação ao Produto Interno Bruto entre 2023 e 2024. Mas afirmou que uma decisão de aumento de juros acaba com todo o esforço em pouco tempo porque o custo da dívida pública se eleva muito mais.

A sessão de críticas prosseguiu: o deputado Heitor Schuch (PSB-RS) citou a situação do seu estado, bastante afetado pelas mudanças climáticas. “Na semana passada, houve a maior feira de agricultura familiar do Brasil em Rio Pardo. Não deu um negócio, porque ninguém se atreve a comprar uma máquina, por menor ou maior que seja, pagando 15% de juros”.

São 3 exemplos entre vários deputados, de todos os espectros políticos. Infelizmente, deve trazer pouco resultado. Uma mudança na ganância com juros depende mais do que ocorrer no exterior do que de políticas autônomas do governo.

O BC foi criado por decreto em dezembro de 1964 e iniciou as atividades em março de 1965.

125 anos da UFRGS

Em comemoração aos 125 anos da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), será realizado um jantar solene no próximo dia 25, no salão principal do Leopoldina Juvenil. Além das festividades acadêmicas e esportivas programadas para agosto de 2025, mês de fundação dos cursos jurídicos, a Comissão dos 125 anos propôs homenagear figuras de grande importância para a história e o desenvolvimento da Faculdade, entre eles os ex-ministros do STF Ellen Gracie, Rosa Maria Weber e Nelson Jobim e o empresário e ex-aluno Jorge Gerdau Johannpeter.

Rápidas

A Quantum Finance realizará neste sábado (5) a 4ª edição de seu hackathon, em parceria com a PUC-Rio. Prêmios de até R\$ 2,5 mil para estimular o desenvolvimento e aplicação de IA no setor financeiro *** A Engemon IT conquistou a Support Center Certification (SCC), certificação internacional promovida pelo Help Desk Institute (HDI) Brasil, que atesta a excelência dos processos e a qualidade do atendimento em suporte e serviços de TI *** Nesta segunda-feira, será realizado o último debate na mostra “Mestras do Macabro”, no CCBB-RJ, com a crítica de cinema Raphaela Ximenes e a curadora Beatriz Saldanha, após a sessão do filme *O Doce Vampiro*, que começa às 16h30. A mostra vai até 14 de abril *** O Shopping Metropolitano Barra promove neste sábado mais uma edição da Feira de Adoção Pet, em parceria com a ONG Adoção Carioca, das 14h às 18h *** O TCU recomendou a realização de concurso público no Susep, tendo em vista que 60% dos cargos estão vagos. O último concurso foi realizado há 13 anos.

Balança comercial se recupera em março

Superávit de US\$ 8,15 bi é o segundo melhor da história para o mês

O início de algumas safras e a alta nas vendas de minério de cobre e de carnes fizeram a balança comercial se recuperar e registrar o segundo melhor superávit da série histórica para meses de março. No mês passado, o país exportou US\$ 8,154 bilhões a mais do que importou, divulgou nesta sexta-feira o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

O resultado, segundo a Agência Brasil, é o mais alto para meses de março desde 2023, quando a balança comercial tinha registrado superávit de US\$ 10,751 bilhões. Em relação a março de 2024, o superávit subiu 13,8%.

Exportações

O país exportou US\$ 29,177 bilhões, alta de 5,5% em relação ao registrado no mesmo mês do ano passado e o terceiro melhor março desde 1989, quando começou a série histórica, só perdendo para 2023 e 2022. As importações somaram US\$ 21,023 bilhões, alta de 2,6% na mesma comparação e

também o terceiro maior valor da história, inferior apenas aos de 2023 e 2022.

Do lado das exportações, a alta no preço do café e o início da safra de soja e de milho ajudaram a recuperar a balança. As vendas de alguns produtos, como carne bovina, celulose e minério de cobre, subiram no mês passado, compensando a diminuição de preço dos demais produtos.

Importações

Do lado das importações, as aquisições de motores, máquinas, medicamentos, componentes de veículos, adubos e fertilizantes químicos subiram. A maior alta ocorreu com as máquinas e motores, cujo valor comprado aumentou 45,9% em março na comparação com março do ano passado.

No mês passado, o volume de mercadorias exportadas subiu 5%, puxado pelo início da safra de diversos produtos. Os preços aumentaram apenas 0,4% em média na comparação com o mesmo mês do ano passado. Nas importações, a

quantidade comprada subiu 4,2%, impulsionado pelo crescimento econômico, mas os preços médios recuaram 1,5%, refletindo a queda no valor das commodities (bens primários com cotação internacional).

No setor agropecuário, a alta na quantidade pesou mais no aumento das exportações. O volume de mercadorias embarcadas subiu 10,8% em março na comparação com o mesmo mês de 2024, enquanto o preço médio subiu 4,3%.

Na indústria de transformação, a quantidade subiu 9%, com o preço médio caindo 0,9%, refletindo uma certa recuperação econômica na Argentina, o maior comprador de bens industrializados do Brasil. Na indústria extrativa, que engloba a exportação de minérios e de petróleo, a quantidade exportada caiu 10,6%, puxada pela manutenção de plataformas de petróleo, enquanto os preços médios recuaram 4,9%.

Estimativas

Após divulgar estimati-

vas por intervalos de valores em janeiro, o Mdic atualizou as estimativas para a balança comercial do ano. O superávit deverá ficar em US\$ 70,2, queda de 5,4% em relação a 2024. Na previsão anterior, o saldo estava numa banda entre US\$ 60 bilhões e US\$ 80 bilhões. A próxima projeção será divulgada em julho.

Segundo o MDIC, as exportações subirão 4,8% em 2025 na comparação com 2024, encerrando o ano em US\$ 353,1 bilhões. As importações subirão 7,6% e fecharão o ano em US\$ 282,9 bilhões. As estimativas, no entanto, devem ser revistas em breve porque não consideram os efeitos do tarifaço de Donald Trump nem da retaliação comercial da China.

As previsões estão mais pessimistas do que as do mercado financeiro. O boletim Focus, pesquisa com analistas de mercado divulgada toda semana pelo Banco Central, projeta superávit de US\$ 75 bilhões neste ano.

Combustíveis: preços atingem 21,6% em 12 meses puxados pelo etanol

Em março, os preços médios dos combustíveis registraram variações discretas em relação aos valores apurados no mês anterior. A gasolina comum e o etanol apresentaram uma redução média de 0,2% nos respectivos preços, sendo encontradas, respectivamente, por R\$ 6,422 e R\$ 4,427 por litro. A tendência de queda foi acompanhada pelo diesel (comum e S-10), que ficou marginalmente mais barato (-0,4%). O GNV, em contrapartida, ficou 0,5% mais caro nos postos nacionais, em média.

Os dados são do Panorama Velocidade de Indicadores de Mobilidade, desenvolvido em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). Em termos regionais, os preços por litro da gasolina comum apresentaram variações significativas, sendo

os maiores valores encontrados no Norte (R\$ 6,860) e no Nordeste (R\$ 6,479), e os menores no Sudeste (R\$ 6,260) e no Centro-Oeste (R\$ 6,468). Para o caso do etanol, o quadro é similar, com os preços mais altos em postos do Norte (R\$ 5,282) e Nordeste (R\$ 4,924), enquanto os menores valores se concentraram nas regiões Sudeste (R\$ 4,314) e no Centro-Oeste (R\$ 4,427).

Apesar da acomodação na ótica mensal, o cenário ainda é marcado por uma tendência generalizada de aumento nos preços. No acumulado do primeiro trimestre de 2025, em particular, todos os combustíveis estão mais caros para os brasileiros, com o etanol destacando-se com um aumento de 6,3%, seguido pelo diesel, tanto em sua variante comum (4,8%)

quanto S-10 (4,7%). Na base comparativa dos últimos 12 meses, as altas registradas nos preços médios, além de abrangentes, são bem mais expressivas, sob a liderança do etanol (21,6%), gasolina comum (10,3%) e aditivada (10,1%), diesel comum (8,5%) e S-10 (8,4%).

De acordo com o Indicador de Custo-Benefício Flex, em março de 2025, o preço médio do etanol correspondeu a 72,3% do valor da gasolina comum, o que, considerando o rendimento dos combustíveis, favoreceu a escolha pela gasolina em diversas regiões. O patamar acima de 70% favorece a vantagem de preço do etanol sobre a gasolina, tornando o abastecimento com gasolina melhor em termos de custo-benefício. No Ceará, por exemplo, esse indicador correspondeu a 81,9%, tornando a opção fóssil muito mais

econômica em relação à alternativa renovável. Em contraste, as variações e níveis de preço por região mostram um cenário um pouco mais favorável para o etanol em postos sediados em São Paulo, no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Já segundo o Índice de Preços Edenred Ticket Log (IPTL), em março, o preço médio do litro do etanol foi de R\$ 4,51 nos postos de abastecimento do país, registrando estabilidade na comparação com a média de fevereiro. O preço médio da gasolina também se estabilizou no mesmo período, com o combustível sendo comercializado novamente à média de R\$ 6,49. A estabilização nos preços médios dos combustíveis verificada em março interrompe uma sequência de quatro meses de alta para o etanol e de três meses para a gasolina.

CONDOMÍNIO DO SHOPPING LEBLON

SETOR DE OFFICES

EDITAL DE CONVOCAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Atendendo determinação do Sr. Subsindico, convocamos os(as) Senhores(as) Condôminos(as) para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária do Setor de Offices do Condomínio do Shopping Leblon, que será realizada no próximo dia 16 de abril de 2025 – quarta-feira, no próprio condomínio, na unidade 205A – Livraria da Travessa – Shopping Leblon, na Avenida Afrânio de Melo Franco, 290, pavimento L2 às 09:00 horas, em primeira convocação com o “quorum” legal, ou às 09:30 horas, em segunda e última convocação com qualquer número de presentes, para discutirem e deliberarem sobre os seguintes assuntos constantes da “Ordem do Dia”: 1) Aprovação das contas do Setor de Offices, referentes ao exercício findo; 2) Aprovação do orçamento do Setor de Offices para próximo exercício; 3) Eleição de Subsindico do Setor de Offices; 4) Eleição dos membros (efetivo e suplente) representantes do Setor de Offices no Conselho Fiscal do Condomínio do Shopping Leblon; 5) Assuntos gerais. Para votação ou participação na assembleia, o condômino deverá estar quite com as quotas condominiais correspondentes à(s) sua(s) unidade(s) no condomínio que se vencerem até a data da assembleia (art. 1.335 III, do Código Civil). O representante de condômino deverá estar munido de procuração outorgada com observância das normas legais, inclusive com firma reconhecida.
Rio de Janeiro, 01 de abril de 2025.
ALLOS S.A.

CONDOMÍNIO DO SHOPPING LEBLON

SETOR DE SHOPPING CENTER

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Atendendo determinação do Sr. Subsindico, convocamos os(as) Senhores(as) Condôminos(as) para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária do Setor de Shopping Center do Condomínio do Shopping Leblon, que será realizada no próximo dia 16 de abril de 2025 – quarta-feira, no próprio condomínio, na unidade 205A – Livraria da Travessa – Shopping Leblon, na Avenida Afrânio de Melo Franco, 290, pavimento L2, às 10:00 horas, em primeira convocação com o “quorum” legal, ou às 10:30 horas, em segunda e última convocação com qualquer número de presentes, para discutirem e deliberarem sobre os seguintes assuntos constantes da “Ordem do Dia”: 1) Aprovação das contas do Setor de Shopping Center, referentes ao exercício findo; 2) Aprovação do orçamento do Setor de Shopping Center para próximo exercício; 3) Eleição de Subsindico do Setor de Shopping Center; 4) Eleição dos membros (efetivo e suplente) representantes do Setor de Shopping Center no Conselho Fiscal do Condomínio do Shopping Leblon; 5) Assuntos gerais. Para votação ou participação na assembleia, o condômino deverá estar quite com as quotas condominiais correspondentes à(s) sua(s) unidade(s) no condomínio que se vencerem até a data da assembleia (art. 1.335 III, do Código Civil). O representante de condômino deverá estar munido de procuração outorgada com observância das normas legais, inclusive com firma reconhecida.
Rio de Janeiro, 01 de abril de 2025.
ALLOS S.A.



MEIO AMBIENTE

Ana Rita Albuquerque

Grilagem é espoliação das florestas

Segundo a Constituição brasileira, é necessário que a atividade produtiva esteja calcada na solidariedade econômica e na dignidade da pessoa humana. Atualmente não importa simplesmente considerar se determinada posse ou propriedade é produtiva, mas também se é objeto de relações sociais mais equitativas, cujo resultado seja vantajoso para a coletividade, por meio da preservação dos recursos naturais e da valorização do trabalho humano.

Mas, apesar dos avanços, “grileiros”, que são pessoas divorciadas do conceito atual de propriedade privada, continuam agindo em diversas regiões, a exemplo da Amazônia, como se fossem legítimos donos de terras públicas, legitimando a posse e eliminando, com o uso da força, a resistência das comunidades tradicionais. A grilagem, como assevera Eliane Brum (in *BANZEIRO O KOTO uma viagem à Amazônia centro do mundo*) é estrutural no Brasil. Os conceitos de grilagem e propriedade privada estão conectados, pois está na origem do latifúndio brasileiro e continua no presente o saqueio de terras na Amazônia pela apropriação ilícita.

As queimadas e desmatamentos em nossa floresta muitas vezes denunciam uma nova área que está sendo saqueada de forma orquestrada pelos denominados “donos da terra” que rapidamente transformam a floresta em pasto ou acabam extraíndo árvores nobres dentro das áreas de proteção. O Estado não consegue exercer fiscalização eficaz e assim a nossa maior floresta vai mingando pouco a pouco por meio de incêndios propositais e extração ilegal de madeira e outras riquezas.

A desordem na ocupação do solo em áreas da Amazônia acarreta também uma desordem socioambiental sem vocação para a sustentabilidade, impactando os povos indígenas e populações tradicionais que lá habitam e que retiraram seu sustento da floresta. Importa muitas vezes em afastar o indígena, os ribeirinhos e quilombolas de suas terras, transformando-os em pobres em cidades mais próximas, como Altamira no Pará.

Eliane Brum relata que, mesmo inseridos em políticas públicas governamentais, aqueles que migram da floresta para as cidades adentram num mundo de consumo e desejos: “...assim, aqueles que existiam em outros termos, na floresta e pela floresta, passaram a experimentar uma renda mensal”.

A resposta mais emblemática ao desmatamento e ocupação da floresta por grileiros, garimpeiros ilegais e legalização de terras públicas em propriedades privadas para exploração de gado e madeira além de atividades econômicas e programas de governo que são levados a termo sem a participação dos povos e populações tradicionais é a pobreza, a fome e as doenças advindas da migração desses povos para as cidades pela perda de seu habitat natural.

A grilagem saqueia a Amazônia por dentro sem que ninguém perceba: “...quando se sobrevoa a Floresta Amazônica de monomotor, os claros de desmate total, o que no jargão técnico se chama ‘corte raso’, são fáceis de ver. E horrendos. Mas muito da floresta que se vê de cima e parece conservada não é mais floresta, apenas carcaça de floresta. Por baixo ela já foi toda arrancada ou arrasada.”(ob. cit p. 166).

“...na prática, mesmo em áreas de proteção ou de assentamento agrário, os grileiros continuaram agindo como se fossem os legítimos donos, com territórios delimitados e assegurados pela força”... “ quem paga a comissão para o dono da terra e se responsabiliza pela extração da madeira é o ‘extrator’ – ou ‘gato’. Esse personagem comanda várias equipes para o abate da madeira, mas é apenas um empregado no esquema criminoso. Quem se opõe à operação e a denúncia passa a ser jurado de morte. Se nem assim a pessoa se cala, só há dois caminhos: ou será incluído em um programa institucional de proteção ou passa de marcado para morrer a morto.” (ob. cit. p. 166)

Muitos foram mortos denunciando a ocupação ilegal na Amazônia, e esta permaneceu sem a fiscalização adequada a fim de poupar outras vidas. A criação de reservas extrativistas tem ajudado a mostrar que a Amazônia é uma vitória de resistência dos “povos-floresta”, mas enquanto nos concentramos naquela imensidão verde, milhares de árvores são abatidas e hectares queimados, mesmo em áreas de conservação.

Agimos em favor da grilagem enquanto desconhecemos um futuro capaz de intervir no presente, ou enquanto não compartilhamos da resistência dos povos-floresta na preservação da Amazônia. Temos muito a oferecer, e as contribuições estão sendo demandadas para a COP30 por várias frentes. Planos de reflorestamento, regularização fundiária, combate a incêndios florestais e às mudanças climáticas, preservação ambiental, monitoramento, educação ambiental e aproveitamento econômico sustentável da floresta, tudo isso já está sendo posto em prática pelo Governo Federal, que ainda tem que lutar pela adaptação e maior resiliência das populações e povos-floresta decorrentes das mudanças climáticas.

A COP30, a ser realizada Belém do Pará no final do ano, é um chamado à colaboração de todos, mas também um anúncio de que não apenas os entes estatais, mas cada um de nós deve estar atento para entender que a Constituição de 1988 assegurou a todos o direito ao meio ambiente saudável e que não se pode abrir mão da Floresta Amazônica ou de qualquer outro bioma para atividades ilegais ou outra que não corresponda aos fins constitucionais.

Argentina recebe menos de 1/4 dos investimentos do Brasil

A Volkswagen ampliará seus investimentos para R\$ 20 bilhões na América do Sul. Em 2024, a Volkswagen do Brasil já tinha anunciado investimentos de R\$ 16 bilhões no país até 2028, com uma nova ofensiva de 16 lançamentos com destaque para a estreia dos híbridos, em breve, além de mais novidades em Total Flex e elétricos. Ao montante que está sendo investido no Brasil, agora se somam os investimentos de US\$ 580 milhões na Volkswagen Argentina até 2029, anunciados dia 3, totalizando os R\$ 20 bilhões para a região.

“A América do Sul é estratégica para os negócios da Volkswagen em todo o mundo e a ampliação dos investimentos para R\$ 20 bilhões reforça a confiança da marca em nossa região, o compromisso com o desenvolvimento econômico e social, além da inovação constante do nosso portfólio e processo produtivo. O valor também amplia a nova ofensiva para 17 lançamentos na América do Sul até 2029. Aos 16 modelos já anunciados no ano passado, dos quais já lançamos o Novo T-Cross, Nova Amarok e Novo Nivus, agora incluímos a sucessora da Amarok, uma nova geração que será produzida a partir de 2027 na fábrica de General Pacheco, na Argentina”, afirma Alexander Seitz, Chairman Executivo da Volkswagen na Região América do Sul (SAM – South America).

Os resultados robustos revelam a importância do Brasil e da Região América do Sul para os negócios globais da Volkswagen. Em 2024, a Região América do Sul foi a que mais cresceu

para a marca Volkswagen no mundo em volume de vendas (+21,1%, em relação a 2023), com 479.400 unidades emplacadas em 2024. O Volkswagen Polo, produzido no Brasil, foi o veículo mais vendido na região (161.503 unidades) em 2024, considerando todos os segmentos. A Volkswagen também fechou 2024 na liderança dos dois principais segmentos na região: SUVs, com o Novo T-Cross (98.200 unidades vendidas), e hatches, com o Polo.

O Brasil é o principal mercado da Volkswagen na região América do Sul. No país, as vendas superaram 400 mil unidades em 2024 (mais precisamente, 400.379), sendo o segundo maior volume dos últimos 10 anos. No período, essa marca havia sido superada apenas em 2019, quando a Volkswagen emplacou 411 mil unidades. Em 2023 e 2024, o Brasil foi o 3º maior mercado em volume de vendas para a marca Volkswagen no mundo, atrás apenas da China e Alemanha.

Com a ampliação dos investimentos para R\$ 20 bilhões, também cresce a ofensiva de produtos da Volkswagen, que agora contemplará 17 lançamentos na Região América do Sul até 2029.

Os investimentos de R\$ 16 bilhões no Brasil, de 2024 a 2028, incluem uma ofensiva de 16 novos carros até a mesma data. No ano passado, já foram lançados o Novo T-Cross, a Nova Amarok e o Novo Nivus.

O quarto modelo da nova ofensiva será o SUVW Tera, o lançamento mais importante da Volkswagen para a Região América do Sul dos últimos tempos. O SUVW Tera foi apresentado de for-

ma inédita no Carnaval do Rio de Janeiro, começou a ser produzido na fábrica de Taubaté na quarta-feira (2 de abril) e será lançado oficialmente neste primeiro semestre. O Tera é um produto 100% desenhado, desenvolvido e produzido no Brasil, inovador, moderno, conectado e que inaugura um segmento inédito para a marca no Brasil, como SUV de entrada do portfólio. Além do mercado brasileiro, o SUVW Tera nasce com força para ser um modelo internacional e está confirmado para exportações a mais de 25 países da América Latina e África.

Em 2025, a Volkswagen do Brasil também está focada no resgate da esportividade com o lançamento do Nivus GTS, também no primeiro semestre. O icônico Golf GTI e Novo Jetta GLI, único no mercado e o sedã mais versátil do Brasil, também estão previstos para este ano, além de mais novidades incríveis.

No Brasil, os investimentos de R\$ 16 bilhões contemplam projetos inovadores e com foco em descarbonização para as quatro fábricas. A Anchieta, em São Bernardo do Campo, terá dois veículos inéditos. A fábrica de São José dos Pinhais (PR) contará com uma pick-up inédita. A unidade de Taubaté (SP) já está produzindo o SUVW Tera e a fábrica de motores de São Carlos (SP) contará com um novo propulsor ainda mais inovador e eficiente para veículos híbridos.

Além dos produtos, a ofensiva incluiu a chegada de uma nova plataforma (projeto MQB Hybrid) inovadora, tecnológica, flexível e sustentável. A nova arquitetura eletrônica permite mais conectividade e ofe-

rece ainda mais segurança por meio da tecnologia de ADAS (Advanced Driver Assistance System), além de mais conforto e aumento do espaço interno. Desenvolvida com a participação da Engenharia da Volkswagen do Brasil especialmente para a Região América do Sul com os mais avançados recursos de tecnologia de simulação da virtualidade, a nova plataforma envolveu a capacitação de equipes e uma produção altamente tecnológica.

Agora, os novos investimentos de US\$ 580 milhões na Volkswagen Argentina, de 2025 a 2029, serão aplicados no desenvolvimento, tecnologia de produção e estrutura da fábrica de General Pacheco para produzir, a partir de 2027, a próxima geração da picape média Amarok. O investimento impulsionará a indústria automotiva no continente e reforçará o papel estratégico da VW Argentina como um importante centro de produção de picapes no Grupo Volkswagen. O Centro Industrial Pacheco, aliás, foi a primeira fábrica da Volkswagen no mundo a ser selecionada para a fabricação de picapes, e em 15 anos, mais de 770 mil unidades já foram produzidas.

Enquanto isso, a Nova Amarok V6, lançada em 2024 e que conta com o motor turbodiesel mais potente da categoria, seguirá sendo comercializada normalmente até a chegada da nova geração. A Nova Amarok V6 é um ícone global da Volkswagen e um modelo fundamental na estratégia de negócios da marca na região. A Nova Amarok V6 chegou ao mercado brasileiro recebendo mais de 2 mil pedidos no primeiro mês.

Páscoa deve gerar cerca de 75 mil vagas temporárias em SP

Levantamento do Instituto de Economia Gastão Vidigal (IEGV), da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), estima que, na Páscoa, serão abertas cerca de 75 mil vagas temporárias em todo o estado. Este movimento, impulsionado pelo aumento das vendas no comércio, deve trazer novas oportunidades para trabalhadores que buscam uma chance de ingressar no mercado de trabalho.

A Páscoa, tradicionalmente associada ao consumo de chocolates, também gera uma demanda significativa por profissionais temporários, não apenas nas lojas de varejo, mas também em áreas de logística, produção e distribuição.

Com menos de um mês para a data, muitas empresas ainda estão contratando,

oferecendo uma chance para quem busca uma renda extra. De acordo com o economista do IEGV/ACSP, Ulisses Ruiz de Gamboa, cerca de 20% das vagas temporárias devem se converter em empregos permanentes, especialmente no setor de varejo.

“Em todo o estado, são 75 mil vagas temporárias, representando 75 mil oportunidades para aqueles que buscam uma colocação no mercado de trabalho. Estimamos que cerca de 20% dessas vagas devem se transformar em contratos efetivos, especialmente em um momento de mercado ainda aquecido”, afirma.

Essa data representa não só uma excelente oportunidade para quem busca um dinheiro extra, mas também pode ser o primeiro passo

para um emprego fixo, que traz estabilidade e segurança financeira.

O consumo de chocolate nos lares brasileiros passou de 85,5% em 2020 para 92,9% em 2024, de acordo com dados da Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Amendoim e Balas (Abicab). A média de consumo per capita foi de 3,9 kg por ano, o maior índice registrado nos últimos cinco anos. Esse aumento no consumo é impactado pela demanda sazonal da Páscoa, período de intensa movimentação para os empreendedores do setor.

Por meio do Banco do Povo Paulista (BPP), a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo (SDE) oferece crédito e contribui para o crescimento dos pequenos

negócios da área. De 2023 a fevereiro de 2025, o programa desembolsou R\$ 1,7 milhão em 110 operações para atividades relacionadas ao chocolate, incluindo o comércio varejista de doces, balas, bombons e produtos semelhantes, além de para fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates.

Levantamento da Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp), vinculada à SDE, aponta que, também em 2024, houve um aumento de 9,4% no número de empresas abertas no setor de fabricação de produtos derivados do cacau, de chocolates e no comércio varejista e atacadista de doces, balas, bombons e semelhantes em comparação ao mesmo período de 2023, passando de 781 para 855.

Renda fixa: títulos públicos são destaque em março

Todos os índices de renda fixa registraram altas mensais e trimestrais, tanto entre os títulos públicos quanto privados. A maior valorização de março foi do IMA-B 5+, carteira de NTN-Bs (papéis indexados ao IPCA) com vencimento acima de cinco anos, que cresceu 2,83%. No primeiro trimestre de 2025, esse índice avançou 3,69%.

“As carteiras de curto prazo registraram grande valorização no ano passado, enquanto as de longo

prazo vêm mostrando recuperação nesse início de 2025. A previsão de queda dos juros para o final do ano – o que até pouco tempo atrás era uma dúvida do mercado – e a valorização do real diante das incertezas em relação aos Estados Unidos contribuem para um ambiente mais favorável para títulos de prazos mais longos”, explica Marcelo Cidade, nosso economista.

O IRF-M 1+, carteira de títulos prefixados com prazo acima de um ano, registrou 1,62% de rentabilidade

em março, a segunda maior entre os títulos públicos no mês. No primeiro trimestre, o índice subiu 2,16%.

Já os prefixados de menor prazo, do índice IRF-M 1, tiveram o maior crescimento do ano até o momento: 5,46%, com 1,01% de alta em março.

Enquanto isso, o IMA-S, que reflete as LFTs (Letras Financeiras do Tesouro) com duração de um dia útil, rendeu 0,96% no mês e 3,09% no ano. E o IMA-B 5, composto por NTN-Bs com vencimento em até cinco anos, avançou

0,55% em março e 3,10% em 2025.

No geral, os títulos públicos marcados a mercado fecharam o mês com alta de 1,27% e o trimestre com alta de 3,49%, segundo o IMA (Índice de Mercados da ANBIMA).

Títulos corporativos

Entre os papéis privados, as debêntures sem isenção fiscal valorizaram 2,33% no mês, totalizando 4,83% de janeiro a março, segundo o IDA-IPCA Ex-infraestrutura. Já o IDA-IPCA

Infraestrutura, que foi o destaque de fevereiro com 1,35% de rentabilidade, cresceu 2,02% em março. As debêntures com isenção fiscal que compõem o índice registraram alta de 4,96% no trimestre.

A rentabilidade do IDA-DI, que contempla as debêntures indexadas ao DI, foi de 1,85% no mês e 4,79% no ano, respectivamente.

Por fim, o IDA (Índice de Debêntures ANBIMA), que acompanha todos os títulos privados marcados a mercado, subiu 1,93% em

março, com crescimento de 4,86% em 2025.

ANBIMA Data: transformando dados em decisões Todos os resultados do setor serão divulgados no Boletim de Renda Fixa que será publicado em breve no ANBIMA Data, nossa plataforma gratuita que concentra informações dos mercados financeiro e de capitais. Agilize suas análises e matérias com dados confiáveis e atualizados de títulos públicos e privados, fundos e índices em um só lugar.

PASA - PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO APOSENTADO DA VALE
CNPJ nº 39.419.809/0001-98

Demonstrações Contábeis para os Exercícios indos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - RETIFICAÇÃO. Na publicação ocorrida no jornal Monitor Mercantil-RJ, edição de 29, 30 e 31/03/2025, às páginas 19, 20 e 21, fazem-se as seguintes retificações: nas “Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31/12/2024 e 2023”, na Nota 7 - Imobilizado, no Subtotal, onde se lê: “16.241”; leia-se: “(16.241)”. Na Nota 20.2 - Controle Gerencial, ao final do primeiro quadro omitiu-se a palavra “Total”. No “Relatório do Auditor Independente”, ao final omitiu-se a data: “Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2025”. Nas “assinaturas”, onde se lê: “Bruno Cama Meira - Diretor Suporte ao Negócio”; leia-se: “Bruno Camara Meira - Diretor Suporte ao Negócio”.

CONDOMÍNIO DO SHOPPING LEBLON SETOR DE CENTRO CULTURAL E LEBLON EXECUTIVE TOWER EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Atendendo determinação do Sr. **Sindicó**, convocamos o Senhor Condômino para comparecer à **Assembleia Geral Ordinária do Setor de Centro Cultural e Leblon Executive Tower do Condomínio do Shopping Leblon**, que será realizada no próximo dia **16 de abril de 2025 – quarta-feira**, no próprio condomínio, na unidade **205A – Livraria da Travessa – Shopping Leblon, na Avenida Afrânio de Melo Franco, 290, pavimento L2, às 09:30 horas**, em primeira convocação com o “quorum” legal, ou às **10:00 horas**, em segunda e última convocação com qualquer número de presentes, para discutir e deliberar sobre os seguintes assuntos constantes da “**Ordem do Dia**”: **1) Aprovação das contas do Setor de Centro Cultural e Leblon Executive Tower, referentes ao exercício findo; 2) Aprovação do orçamento do Setor de Centro Cultural e Leblon Executive Tower para próximo exercício; 3) Eleição de Subsindicó do Setor de Centro Cultural e Leblon Executive Tower; 4) Eleição dos membros (efetivo e suplente) representantes do Setor de Centro Cultural e Leblon Executive Tower no Conselho Fiscal do Condomínio do Shopping Leblon; 5) Assuntos gerais.** Para votação ou participação na assembleia, o condômino deverá estar quite com as quotas condominiais correspondentes à(s) sua(s) unidade(s) no condomínio que se vencerem até a data da assembleia (art.1.335 III, do Código Civil). O representante de condômino deverá estar munido de procuração outorgada com observância das normas legais, inclusive com firma reconhecida.
Rio de Janeiro, 01 de abril de 2025. ALLOS S.A.

DELPHOS SERVIÇOS TÉCNICOS S. A.
CNPJ N.º 33.697.723/0001-40

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 15 DE ABRIL DE 2024

Convidam-se os senhores acionistas da DELPHOS SERVIÇOS TÉCNICOS S. A. a reunirem-se em assembleia geral ordinária e extraordinária, a realizar-se presencialmente, no dia 15 de abril de 2025, sendo a primeira chamada às 10h15, e segunda, às 10h30, que ocorrerá na sede da Companhia, localizada na Rua Itapiru, n.º 1287, Auditório do 1º andar, Rio Comprido, Rio de Janeiro – RJ, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2024; **b)** Deliberação sobre a destinação do resultado do exercício encerrado em 31/12/2024; **c)** Eleição dos membros da Diretoria; **d)** Eleição dos membros do Conselho Consultivo; **e)** Fixação do limite de remuneração dos diretores; **f)** Fixação do limite de remuneração dos membros do Conselho Consultivo; **g)** Mudança do Estatuto Social para definir novo substituto para a presidente em caso de vacância; e **h)** Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 28 de março de 2025.
Elisabete Joana Bazana Prado - Diretora-Presidente

CONDOMÍNIO DO SHOPPING LEBLON SETOR DE GARAGENS EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Atendendo determinação do Sr. **Subsindicó**, convocamos os(as) Senhores(as) Condôminos(as) para comparecerem à **Assembleia Geral Ordinária do Setor de Garagens do Condomínio do Shopping Leblon**, que será realizada no próximo dia **16 de abril de 2025 – quarta-feira**, no próprio condomínio, na unidade **205A – Livraria da Travessa – Shopping Leblon, na Avenida Afrânio de Melo Franco, 290, pavimento L2, às 10:30 horas**, em primeira convocação com o “quorum” legal, ou às **11:00 horas**, em segunda e última convocação com qualquer número de presentes, para discutir e deliberar sobre os seguintes assuntos constantes da “**Ordem do Dia**”: **1) Aprovação das contas do Setor de Garagens, referentes ao exercício findo; 2) Aprovação do orçamento do Setor de Garagens para próximo exercício; 3) Eleição de Subsindicó do Setor de Garagens; 4) Assuntos gerais.** Para votação ou participação na assembleia, o condômino deverá estar quite com as quotas condominiais correspondentes à(s) sua(s) unidade(s) no condomínio que se vencerem até a data da assembleia (art.1.335 III, do Código Civil). O representante de condômino deverá estar munido de procuração outorgada com observância das normas legais, inclusive com firma reconhecida.
Rio de Janeiro, 01 de abril de 2025. ALLOS S.A.

FATURA AGROPECUÁRIA S.A.
CNPJ Nº 05.427.471/0001-02 - NIRE (JUCERJA): 33.3.0026228-8

ERRATA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

A **Fatura Agropecuária S.A.**, com sede na Praia do Flamengo, 200, 19º andar, Flamengo, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, vem por meio desta, retificar a data informada no Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO-E), publicado nos dias 01, 02 e 03 de abril de 2025, no Monitor Mercantil - RJ, conforme segue: **Onde se lê:** “**Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**, que se realizará às 12h00min do dia 29 de abril de 2025, na sede social da Companhia, na Praia do Flamengo, 200, 19º andar, Flamengo, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro” **Leia-se:** “**Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**, que se realizará às 12h00min do dia 30 de abril de 2025, na sede social da Companhia, na Praia do Flamengo, 200, 19º andar, Flamengo, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro”.

As demais informações constantes no edital de convocação permanecem inalteradas.

Rio de Janeiro, 02 de abril de 2025.
Fernando Maurício Araújo Guimarães
Diretor-Presidente

enel **AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.**
CNPJ nº 33.050.071/0001-58
NIRE nº 3330005494-4

Companhia Aberta de Capital Autorizado Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os senhores acionistas da Ampla Energia e Serviços S.A. (“Companhia”), convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”), a ser realizada no dia 28 de abril de 2025, às 10:00 horas, na sede da Companhia, à Av. Oscar Niemeyer, 2000, Bloco 01, Sala 701 - parte, Santo Cristo - RJ, CEP: 20220-297, nos termos da Lei nº 6.404/76, conforme alterada (“Lei das S.A.”), da Resolução CVM nº 81/2022, conforme alterada (“Resolução CVM 81”), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** I. Apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024, acompanhadas do Relatório da Administração, do Parecer dos Auditores Independentes; II. Deliberação sobre a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2024 e a distribuição de dividendos; III. Fixação do número de membros que irá compor o Conselho de Administração para o próximo mandato; IV. Eleição dos membros do Conselho de Administração titulares e respectivos suplentes; e V. Fixação da remuneração global anual dos Administradores da Companhia até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2026. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** I. Alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para atualização do valor do capital social, conforme aumentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado; II. Alteração do item (v) do artigo 10 e dos itens (ii) e (v) do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia, para extinguir a Diretoria de Engenharia e Construção e modificar as atribuições da Diretoria de Operações de Infraestrutura e Redes; e III. Celebração de termo aditivo para antecipação dos efeitos da prorrogação do contrato de concessão da Companhia, na forma do Decreto nº 12.068, de 20 de junho de 2024. **Informações Gerais:** A Assembleia será realizada de forma exclusivamente presencial e, para dela participar, os acionistas deverão apresentar (i) originais ou cópias dos seguintes documentos: a) **Pessoa física:** Documento de identidade válido com foto do acionista ou do procurador, neste caso deverá ser apresentado o instrumento de mandato que atenda aos requisitos estabelecidos na legislação e regulamente aplicável; (b) **Pessoa Jurídica:** Documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) do acionista, exemplar do último Estatuto ou Contrato Social consolidado e registrado e, ainda, a documentação societária que lhe(s) outorgue poderes de representação (ata de eleição dos diretores ou procuração), devidamente registrada; e (c) **Acionista constituído sob a forma de Fundo de Investimento:** Documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) do administrador do Fundo de Investimento (ou do gestor, conforme o caso), exemplar do último regulamento consolidado do fundo e do Estatuto ou Contrato Social do seu administrador, além da documentação societária que lhe(s) outorgue poderes de representação (ata de eleição dos administradores ou procuração); e (ii) comprovante da titularidade de ações, contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição escrituradora, não mais do que 5 (cinco) dias antes da data de realização da Assembleia. Não obstante o disposto acima, a apresentação de comprovante de propriedade das ações será dispensada pela Companhia, caso esta possa objetivamente verificar a titularidade das ações com base nos registros de titularidade já detidos pela Companhia, incluindo aqueles que tenham sido transmitidos pelo depositário central (i.e. junto à B3) e pelo escriturador das ações de emissão da Companhia. Para fins de melhor organização da Assembleia, a Companhia solicita que cópias dos documentos acima mencionados sejam enviados antecipadamente à sede da Companhia, ou, alternativamente, para o endereço eletrônico assembleia.rj@enel.com ou para o endereço postal: Av. Oscar Niemeyer, 2000, Bloco 01, Sala 701 - parte, Santo Cristo - RJ, CEP: 20220-297, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, mediante protocolo de recebimento, se entregue em mãos, ou aviso de recebimento (“AR”) caso seja entregue por Correios ou courier. Nos termos do artigo 5º da Resolução CVM 81, a Companhia esclarece que optou por realizar a Assembleia de modo presencial tendo em vista que essa modalidade: (a) foi adotada pela Companhia nos exercícios sociais anteriores; e (b) permite, de maneira mais adequada, as discussões e debates por parte dos acionistas presentes, bem como o contato direto com estes. Adicionalmente, os acionistas que não puderem comparecer à Assembleia poderão exercer plenamente seus direitos de voto por meio do envio dos boletins de voto à distância. O acionista que optar por exercer seu direito de voto por meio do envio de boletim de voto à distância, cujo modelo foi disponibilizado no website de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.enel.com>), bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) por meio do sistema eletrônico disponibilizado na Área do Investidor (disponível em <https://www.investidor.b3.com.br/>), na seção “Serviços”, clicando em “Assembleias em Aberto”. Neste caso, o boletim de voto à distância devidamente preenchido e assinado, deverá ser recebido até 24/04/2025 (inclusive): (a) pelo BTG Pactual Serviços Financeiros (“BTG”), na qualidade de escriturador das ações de emissão da Companhia; (b) por seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; (c) pela B3, na qualidade de depositário central das ações de emissão da Companhia; ou (d) pela própria Companhia. Em caso de envio diretamente à Companhia, os acionistas deverão encaminhar o boletim de voto à distância, devidamente preenchido, rubricado e assinado, juntamente com a cópia dos documentos necessários, (i) para o endereço de e-mail assembleia.rj@enel.com; ou (ii) para o seguinte endereço postal: Oscar Niemeyer, 2000, Bloco 01, Sala 701 - parte, Santo Cristo - RJ, CEP: 20220-297, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores. Para informações adicionais, o acionista deve observar as regras previstas na Resolução CVM 81 e os procedimentos descritos no boletim de voto à distância disponibilizado pela Companhia. Ainda, na forma do artigo 5º da Resolução CVM 81, a Companhia informa que: (i) para instalação do Conselho Fiscal é necessário o pedido de acionistas que representem, no mínimo, 2% (dois por cento) de ações com direito a voto, ou 1% (um por cento) das ações sem direito a voto, na forma da Resolução CVM nº 70, de 22/03/2022; e (ii) o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção de voto múltiplo é de 5% (cinco por cento), devendo essa faculdade ser exercida pelos acionistas em até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia, nos termos do §1º do artigo 141 da Lei das S.A. Todas as informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação na Assembleia e/ou envio do BVD, nos termos da Resolução CVM 81, estão disponíveis nos websites da Companhia (<https://ri.enel.com>), da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).
Rio de Janeiro, 07 de abril de 2025.
Guilherme Gomes Lencastre
Presidente do Conselho de Administração

Assine o jornal

Monitor Mercantil (21) 3849-6444

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE TERRENOS
CNPJ/MF 10.775.765/0001-57- NIRE 26300039010

CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os Senhores Acionistas convidados a se reunirem em Assembleia Ordinária, a realizar-se no dia **28/04/2025, às 9:00 horas**, na sede social, localizada na Rua Teófilo Otoni, 15, sala 1204, Centro – Rio de Janeiro/RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **I)** Aprovação das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31.12.2022; 31.12.2023 e 31.12.2024; **II)** Eleição/releição dos membros da Diretoria; **III)** Outros assuntos de interesse social. Rio de Janeiro, 02 de abril de 2025.
Rogério Luiz Lima Figueira – Diretor Presidente.

ENERGISA SUL-SUDESTE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
- Companhia Aberta -
CNPJ/MF nº 07.282.377/0001-20 - NIRE 35.300.321.707

GRUPO energisa120

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2025

A Administração da **ENERGISA SUL-SUDESTE DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**, sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de Presidente Prudente, estado de São Paulo, na Rodovia Assis Chateaubriand, s/nº, Km 455 mais 600 metros, Parte B, Vila Maria, CEP: 19.053-680 (“Companhia”), vem, nos termos do art. 124, da Lei nº 6.404/1976 (“Lei das S.A.”) e da Resolução da CVM nº 81/2022, convocar os acionistas da Companhia para se reunirem em assembleia geral ordinária e extraordinária (“Assembleia”) a se realizar, em primeira convocação, no dia 25 de abril de 2025, às 11:30 horas, de forma exclusivamente digital (por meio da plataforma *Microsoft Teams* (“Plataforma Digital”), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; e (iii) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i) deliberar sobre as alçadas para emissão de bônus de subscrição, notas promissórias comerciais ou quaisquer outros títulos e valores mobiliários autorizados pela legislação, incluindo debêntures não conversíveis em ações, atribuição presente no rol de competências do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, conforme artigo 59, §1º da Lei 6.404/76; (ii) aprovar a alteração do inciso XIX do artigo 15 do Estatuto social da Companhia que trata da emissão de bônus de subscrição, notas promissórias comerciais ou quaisquer outros títulos e valores mobiliários autorizados pela legislação, incluindo debêntures não conversíveis em ações, para refletir as alçadas do Conselho de Administração e da Diretoria, cujas atribuições e limites são previamente previstos pelo Conselho de Administração no Regimento Interno da Diretoria; e (iii) aprovar a consolidação da nova redação do Estatuto Social da Companhia para refletir os itens ora deliberados acima. Os Acionistas poderão participar da Assembleia via Plataforma Digital, pessoalmente ou, se for o caso, por seus representantes legais ou procuradores, caso em que poderão participar e votar na Assembleia. Para participarem virtualmente da Assembleia por meio da Plataforma Digital, os acionistas deverão enviar solicitação à Companhia neste sentido, para o endereço eletrônico ri@energisa.com.br, até o final do dia 23 de abril de 2025. A solicitação de cadastro necessariamente deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail para envio das informações para participação, e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, conforme descritos a seguir. Observando o disposto no art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas, ou seus representantes legais, deverão apresentar, além de documento de identificação com foto e dos atos societários que comprovem a representação legal, conforme o caso: (a) comprovante expedido pela instituição escrituradora ou agente custodiante; e (b) para os acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, extrato da respectiva participação, emitido pelo órgão competente. O representante de acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples, devidamente registrada: (a) do último contrato ou estatuto social; e (b) da documentação societária que outorgue poderes e representação (ato de eleição do administrador e, conforme o caso, procuração). No tocante aos fundos de investimento, a representação caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do último regulamento do fundo, devidamente registrado. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 01 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A., devendo o instrumento de procuração observar o disposto no art. 654 da Lei 10.406/2002. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representantes na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, §1º da Lei das S.A. No caso de acionistas pessoas jurídicas, estas poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de o procurador ser acionista, administrador da Companhia ou advogado. A Companhia não exige o reconhecimento de firma, notariação, consularização e/ou tradução juramentada dos documentos. Após recebida a solicitação e verificados, de forma satisfatória, os documentos apresentados, a Companhia enviará para o e-mail informado ou, em sua ausência, para o e-mail solicitante, até 24 (vinte e quatro) horas antes da Assembleia, o link e as instruções de acesso à Plataforma Digital, sendo remetido apenas um convite individual por solicitante. O Acionista que tenha solicitado devidamente sua participação virtual e não tenha recebido, da Companhia, o e-mail com o link e instruções para acesso e participação na Assembleia com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia (11:30 horas do dia 24 de abril de 2025) deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@energisa.com.br, com até, no máximo, 2 (duas) horas de antecedência do horário de início da Assembleia (09:30 horas do dia 25 de abril de 2025), para que lhe seja prestado o suporte necessário. O link e as instruções a serem enviadas pela Companhia são pessoais e intransferíveis e não poderão ser compartilhados com terceiros, sob pena de responsabilização do acionista. Na data da Assembleia, o acesso à Plataforma Digital para participação estará disponível a partir de 30 (trinta) minutos de antecedência, sendo que o registro da presença do acionista via sistema eletrônico somente se dará mediante o acesso do respectivo acionista, ou seu representante, conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após o início da Assembleia, não será possível o ingresso do acionista, independentemente da realização do cadastro. Assim, a Companhia recomenda que os acionistas acessem a Plataforma Digital para participação da Assembleia com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência. **A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da Assembleia por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão de utilização da Plataforma Digital que não estejam sob controle da Companhia.** Em conformidade com o Artigo 161 da Lei 6.404/1976 em conjunto com o Artigo 4º da Resolução CVM 70, as participações mínimas previstas no Artigo 161 da Lei 6.404/1976 ficam reduzidas em função do valor do capital social da Companhia, de forma que a instalação do Conselho Fiscal poderá ser solicitada por acionistas que representem, no mínimo, 2% (dois por cento) das ações com direito a voto ou 1% (um por cento) das ações sem direito a voto. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia estarão à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e nas páginas eletrônicas na rede mundial de computadores da Companhia (<http://www.ri.energisa.com.br>), da CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>). Por fim, ressalta-se que, como a Assembleia será realizada exclusivamente de modo digital, não haverá a possibilidade de os acionistas comparecerem presencialmente. A realização da Assembleia de forma exclusivamente digital visa proporcionar maior acessibilidade e conveniência aos acionistas, permitindo a participação de qualquer local, sem as limitações geográficas ou logísticas do formato presencial. Essa modalidade visa garantir a participação de um maior número de acionistas e contribuir para a otimização de tempo e recursos, tornando o processo mais eficiente e alinhado às tendências tecnológicas, sem comprometer a transparência e o direito de voto dos acionistas.

Presidente Prudente, 04 de abril de 2025.
Omar Carneiro da Cunha Sobrinho
Presidente do Conselho de Administração

América do Sul e Central recebem mais de 40% de eletricidade do Brasil

Estudo feito pelo Energy Institute com a colaboração da KPMG

O Brasil é responsável por mais de 40% da demanda de eletricidade na América do Sul e Central. As energias eólica e solar brasileiras aumentaram 17% e 71%, respectivamente. A participação das energias renováveis na geração total de energia global aumentou de 29% a 30%. Esses são dados do

estudo Statistical Review of World Energy - 2024 73º edition, feito pelo Energy Institute com a colaboração da KPMG.

“Enquanto a América do Sul e Central experimentaram taxas de crescimento acima da média global, as demandas na América do Norte e na Europa sofreram quedas de -1% e -2%, respectivamente, em conse-

quência de regulamentações de eficiência energética, iluminação com menor gasto de energia e mudança de hábitos de consumo”, explica Manuel Fernandes, sócio-líder do setor de Energia e Recursos Naturais da KPMG no Brasil e na América do Sul.

O estudo ainda indica que os Estados Unidos, o Brasil e a Europa foram

responsáveis por cerca de três quartos de todos os biocombustíveis consumidos globalmente. A produção global de biocombustíveis cresceu mais de 8% em 2023 com os maiores aumentos observados nos EUA (75 mboe/d) e no Brasil (65 mboe/d).

A KPMG é uma rede global de firmas independentes que presta serviços

profissionais de auditoria, tributos e consultoria. Está presente em 142 países e territórios, com 275 mil profissionais atuando em firmas-membro em todo o mundo. No Brasil, são mais de cinco mil profissionais, distribuídos em 15 cidades de 10 estados e do Distrito Federal.

Orientada pelo seu propósito de empoderar a

mudança, a KPMG é uma empresa referência no segmento em que atua. Compartilha valor e inspira confiança no mercado e nas comunidades há mais de 100 anos, transformando pessoas e empresas e gerando impactos positivos que contribuem para a realização de transições sustentáveis em clientes, governos e sociedade civil.

Setor de TI terá papel crucial na demanda elétrica da China

Rápida expansão da infraestrutura de tecnologia da informação na China está se tornando uma nova e significativa fonte de demanda elétrica, representando um desafio para a rede elétrica do país e intensificando a necessidade de desenvolver capacidades flexíveis de regulação de energia. A avaliação foi feita por especialistas do setor, segundo uma reportagem publicada pelo jornal China Daily.

À medida que a China avança com seu ambicioso plano de desenvolvimento na área de energias renováveis, o aumento da demanda por centros de dados,

inteligência artificial (IA) e outros setores intensivos em computação está criando desafios para os operadores da rede elétrica. Esses desafios exigem soluções que vão além das fontes tradicionais de eletricidade, afirmou Zhao Yong, presidente do Instituto de Pesquisa Energética vinculado à China Huaneng Group Co Ltd., uma das gigantes do setor no país asiático.

O crescente consumo de eletricidade do setor de tecnologia da informação está se tornando um fator essencial no cenário energético geral da China. Entre as indústrias de

alto consumo elétrico, a participação do setor de tecnologia da informação na demanda nacional de eletricidade deve crescer drasticamente, disse Zhao durante uma cúpula realizada recentemente em Beijing pela consultoria industrial BloombergNEF.

“Espera-se que a demanda por eletricidade impulsionada pelo poder computacional continue aumentando até 2035, representando uma parcela substancial do consumo total de eletricidade da China”, afirmou Zhao em entrevista ao jornal. “A necessidade de reconciliar o crescimento da computação intensiva

em energia com a transição ecológica da China é cada vez mais urgente”, acrescentou.

O progresso rápido e a adoção generalizada de novas tecnologias, como 5G, big data, computação em nuvem, IA e internet industrial, têm levado a um aumento substancial no consumo de eletricidade dentro dessas indústrias, de acordo com o Conselho de Eletricidade da China.

A consultoria McKinsey & Company também destacou que o crescimento dos centros de dados e a adoção da IA dependem fortemente da disponibilidade de energia elétrica. Como

resultado, surgem rapidamente novas oportunidades para investidores em infraestrutura energética e setores relacionados.

Em fevereiro, as autoridades chinesas anunciaram diversas medidas para promover o setor de armazenamento de energia de novos tipos, como parte dos esforços para acelerar o desenvolvimento de indústrias emergentes e modernizar o sistema industrial do país.

De acordo com um plano de ação emitido em conjunto pelo Ministério da Indústria e Informatização e por outros sete órgãos governamentais, espera-se

que, até 2027, o setor apresente vantagens competitivas internacionais ao longo de toda a cadeia produtiva, com um maior número de empresas líderes, avanços significativos nas capacidades de inovação industrial e maior competitividade geral.

A China lançará iniciativas para promover a inovação tecnológica no setor de armazenamento de energia de novos tipos, incluindo medidas para acelerar a atualização de tecnologias maduras, como as baterias de lítio, e apoiar inovações tecnológicas disruptivas, segundo o plano

CLUBE DE ENGENHARIA
CNPJ 33.489.469/0001-95
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (AGO), DIA 14/04/2024
Nos termos do Estatuto do Clube, convoco seus associados, no gozo de seus direitos e atributos, para a AGO, tendo como pauta deliberar sobre o RELATÓRIO DA DIRETORIA, BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS, pareceres do Conselho Fiscal e dos auditores independentes. A AGO ocorrerá presencial, no dia 14/04/2025, com 1ª convocação às 17:30h e 2ª às 18 h. Rio, 07/04/2025. Francis Bogossian - Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AGE
CENTRAL COOP RIO DE JANEIRO - COOPERATIVA CENTRAL DE TAXI DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - CNPJ 15.150.415/0001-19
O Diretor Presidente da cooperativa acima convoca todos os cooperados em pleno gozo com suas obrigações estatutárias para participarem da AGE, a realizar-se no dia 15 de Abril de 2025 Que será realizada na RUA RICARDO MARECHAL, N. 234 – SÃO CRISTÓVÃO – RJ – RJ, por falta de espaço na sede. Iniciarás às 07:00 em 1a convocação C/ presença mínima de 2/3, às 08:00 em 2ª C/metade +1 e às 09:00 em 3a e última convocação C/presença mínima de 10(dez) cooperados para a deliberar sobre as seguintes ORDENS DO DIA: 1)- PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2024; 2)- Eleição do C.Fiscal e do C.E.D. **CLAUDINEI ALVES DOS REIS, e MAIQUE CASTRO – CRCRJ. RJ, 04.04.2025.**

ICATU HOLDING S.A.
CNPJ/MF Nº 02.316.471/0001-39
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Ficam os Srs. Acionistas convidados a comparecer à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada na sede da Companhia, nesta cidade, na Av. Ataulfo de Paiva 1.100, 2º andar, às 10h do dia 30/04/2025, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) tomar as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas, relativamente ao exercício social encerrado em 31/12/2024; (ii) fixar a remuneração global anual da Diretoria e do Conselho de Administração; e (iii) outros assuntos de interesse geral. RJ, 31/03/2025. A Diretoria.

PROMAN

PRODUTORES ENERGÉTICOS DE MANSO S.A.
CNPJ/MF Nº 02.291.077/0001-93 - NIRE 33.3.0027784-6
COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO - REGISTRO CVM Nº 01923-2

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2025
DIA, HORA E LOCAL: Em 24 de março de 2025, às 09:00 horas, na sede da Companhia, situada na Rua Jardim Botânico, 674, sala 316, Jardim Botânico, Rio de Janeiro, RJ. **CONVOCAÇÃO:** Realizada a convocação, nos termos do §1º do artigo 25 do Estatuto Social da Companhia, na data de 17 de março de 2025, mediante envio de e-mail a todos os Conselheiros. **PRESENCAS:** Senhores Cesar Avidos Juruena Pereira, Francisco Alonso Rabelo Vieira, Thiago de Resende Andrade, José Alberto Dias da Silva e, na qualidade de convidada, a senhora Nanci Turibio Guimarães. **MESA:** Cesar Avidos Juruena Pereira - *Presidente*; Nanci Turibio Guimarães - *Secretária*. **ORDEM DO DIA:** Examinar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 e autorizar que estas demonstrações financeiras sejam submetidas a aprovação pelos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária. **DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE DE VOTOS:** Instalada a Reunião do Conselho de Administração e procedida à leitura da Ordem do Dia, abriu-se a discussão. Foi deliberado por unanimidade de votos, sem reservas, autorizar que as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, devidamente acompanhadas do Relatório da Administração e do Parecer dos Auditores Independentes sejam submetidas à aprovação, pelos acionistas, na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se até 30 de abril de 2025. Por fim, registra-se que, considerando que o prazo de exame das contas pelos conselheiros é exíguo e que a competência para deliberar sobre a aprovação ou não das contas da Companhia é exclusiva dos acionistas, a deliberação dos conselheiros para autorizar a apreciação das contas em sede de assembleia geral ordinária, pauta-se, principalmente, na opinião da empresa de auditoria **MCS MARKUP AUDITORES INDEPENDENTES S/S**, devidamente contratada observando os termos de governança estipulados, responsável pela emissão de relatório sobre a fidedignidade dos lançamentos contábeis da Companhia, onde destaca-se, a opinião declarada em relatório publicado juntamente com as referidas demonstrações contábeis: **“Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, Produtores Energéticos Manso S.A. - PROMAN (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo na mesma data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).”** ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi a sessão suspensa para lavratura desta ata. Reaberta a sessão foi esta lida, achada conforme e assinada pelos presentes. **Cesar Avidos Juruena Pereira** - Presidente -- **Nanci Turibio Guimarães** - Secretária -- **Nanci Turibio Guimarães** - Convidada. Registro na JUCERJA em 03/04/2025 sob o nº 00006903758.

Assembleia Geral Ordinária da AAPBB/FAPES
Telepresencial em 15/04/2025
EDITAL de CONVOCAÇÃO

1. Convocação Em conformidade com o art. 22, inciso I, §1º, item I, do ESTATUTO da Associação dos Assistidos do Plano Básico de Benefícios da FAPES-AAPBB/FAPES, a sua Presidente convoca os associados a participarem da Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Associação, que será conduzida em forma **telepresencial** (o associado participa e interage em sala virtual (*on-line*) do Zoom, quando da exposição dos itens de Pauta e esclarecimento de dúvidas, e vota por meio digital, podendo usar para isso seu computador, tablet ou celular). **2. Etapas: local, data, hora e procedimento** A AGO ocorrerá no dia 15/04/2025 (terça-feira), e será realizada de forma telepresencial por meio do aplicativo Zoom, pelo link: <https://us06web.zoom.us/j/83367304691?pwd=MjIiBqONkYtRY5Ti2X9sSq0ozsa30DZ.1> A sessão será iniciada às 12h, quando ocorrerá a primeira chamada, caso seja totalizada a maioria absoluta (metade mais um) dos associados em condição de participar de assembleias, ou às 12:30h, com qualquer quórum, quando ocorrerá a votação da pauta descrita no item 3 abaixo, que perdurará até as 17h. A votação será conduzida e auditada pela empresa PANÁGORA, empresa especializada em sistemas de votação on-line. **3. Assuntos de Pauta** 3.1 – Apreciação e Deliberação sobre as contas da Diretoria relativas ao exercício de 2024, já aprovadas pela Diretoria, Conselho Fiscal, Conselho Deliberativo e auditoria independente; 3.2 – Deliberação sobre o orçamento e o plano anual de ação de 2025. **4. Habilitação para a Assembleia** Estarão habilitados a participar todos os associados que estiverem adimplentes com as suas obrigações (Art. 21 do Estatuto da AAPBB). **5. Forma de Votação** A votação acerca dos itens da pauta da AGO descritos no item 3 do presente, se iniciará imediatamente após o encerramento das atividades descritas no item 2 do presente, sendo feita de forma remota para todos os associados habilitados. As orientações relativas à votação virtual e demais informações serão divulgadas previamente à Assembleia por e-mail direcionado aos Associados devidamente cadastrados no Sistema Clubes Associados de uso da AAPBB-FAPES, assim como no dia da votação, durante a Assembleia. Ademais, conforme art. 26 do Estatuto da AAPBB, “qualquer Associado poderá exercer seu direito de voto através de procuração outorgada em favor de Associado adimplente com suas obrigações, ou qualquer representante legal, sujeito às seguintes regras: I – a procuração deverá especificar a assembleia à qual se destina, bem como a finalidade da votação; II – a procuração deverá ter firma reconhecida; III – a cada procurador será permitido representar apenas 1 (um) Associado por assembleia”. **6. Encerramento da AGO** Encerrado o período de votação, os votos serão totalizados pela PANÁGORA e será disponibilizado a todos os associados o resultado da votação. **7. Disposições Complementares** Destaca-se que a Direção da associação se empenhará em auxiliar os associados com dificuldades de conhecimento da plataforma e dos procedimentos, buscando tranquilidade e eficácia do processo. Eventuais dúvidas ou considerações sobre este Edital devem ser encaminhadas até o dia 14/04/2025, ao e-mail: secretaria@AAPBB-fapes.org.br, ou, pelo WhatsApp: 55 21-97530-4082 (Secretaria da AAPBB-FAPES). Rio de Janeiro, 07 de abril de 2025.
ANGELA REGINA PEREIRA DE CARVALHO
Presidente da AAPBB/FAPES

CONDOMÍNIO DO SHOPPING LEBLON
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Atendendo determinação do Sr. Síndico, convocamos os(as) Senhores(as) Condôminos(as) para comparecerem à **Assembleia Geral Ordinária do Condomínio do Shopping Leblon**, que será realizada no próximo dia **16 de abril de 2025 – quarta-feira**, no próprio condomínio, na unidade **205A – Livraria da Travessa – Shopping Leblon, na Avenida Afrânio de Melo Franco, 290, pavimento L2, às 11:00 horas**, em primeira convocação com o “quorum” legal, ou às **11:30 horas**, em segunda e última convocação com qualquer número de presentes, para discutirem e deliberarem sobre os seguintes assuntos constantes da “Ordem do Dia”: **1) Aprovação das contas do Condomínio Geral, referentes ao exercício findo; 2) Aprovação do orçamento do Condomínio Geral para próximo exercício; 3) Eleição do Síndico; 4) Assuntos gerais.** Para votação ou participação na assembleia, o condômino deverá estar quite com as quotas condominiais correspondentes à(s) sua(s) unidade(s) no condomínio, que se vencerem até a data da assembleia (art. 1.335 III, do Código Civil). O representante de condômino deverá estar munido de procuração outorgada com observância das normas legais, inclusive com firma reconhecida.
Rio de Janeiro, 01 de abril de 2025.
ALLOS S.A.

SINDICATO DOS LOJISTAS DO COMÉRCIO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - SindilojasRio
Rua da Quitanda, 3 – 10º andar – Centro – Rio de Janeiro
Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária (AGO) e Assembleia Geral Extraordinária (AGE)
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – O Presidente do SindilojasRio convoca os associados em dia com as suas obrigações estatutárias para se reunirem em AGO, a realizar-se na sede social, no dia 29 de abril de 2025, às 10h30, em primeira convocação, e às 11h, em segunda e última convocação, para apreciação da Prestação de Contas do Exercício de 2024. **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** – O Presidente do SindilojasRio convoca os integrantes da categoria econômica dos lojistas do comércio do Município do Rio de Janeiro, que estejam quites com suas contribuições, para a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a ser realizada no dia 6 de maio de 2025, de forma híbrida, ou seja, presencialmente na sede social e por meio do aplicativo Google Meet. O link de acesso deve ser solicitado pelo e-mail secretaria@sindilojas-rio.com.br até às 17h do dia anterior à assembleia, sendo a primeira convocação às 10h30 com mais da metade em condições de votar e, não havendo quórum estatutário, às 11h em segunda e última convocação com qualquer número de presentes para deliberar acerca da seguinte ordem do dia: 1. Autorizar a Diretoria do SindilojasRio a negociar com o Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro (SECRJ) a Convenção Coletiva de Trabalho de Reajuste Salarial, bem como a criação de uma Câmara de Mediação; 2. Renovar ou firmar a referida CCT, bem como possíveis Termos Aditivos às CCT's em vigor; 3. Autorizar a cobrança da contribuição Assistencial e da contribuição Negocial Patronal, independentemente de ser firmada a CCT salarial ou da proposição de dissídio coletivo de natureza econômica; 4. Autorizar a Diretoria do SindilojasRio a discordar da instauração de dissídio coletivo pelo SECRJ, bem como a propor, contestar ou reconvir. Poderão participar da AGE as empresas do comércio lojista do município do Rio de Janeiro, independentemente de serem associadas, por se tratar de matéria de interesse da categoria econômica. Conforme dispõe o art. 16 do Estatuto, deverá ser comprovada à Assembleia a condição de empresário da categoria. Associados quites e integrantes da categoria quites com suas contribuições poderão votar. No caso das não associadas, não será admitida a representação. Rio de Janeiro, 5 de abril de 2025.
Aldo Carlos de Moura Gonçalves – Presidente



JIRAU ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 09.029.666/0001-47

Publicação das Demonstrações Financeiras de Forma Resumida

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. Para facilitar a comparação foram utilizadas as mesmas referências numéricas para cada nota explicativa. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: **a)** <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br/>; **b)** <https://www.jirauenergia.com.br/informacoes-financeiras/>.

Relatório Anual da Administração 2024

AOS ACIONISTAS

A Jirau Energia S.A. ("Companhia" ou "Jirau Energia"), atendendo aos compromissos societários e às boas práticas de governança e transparência, apresenta o Relatório Anual da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2024, elaboradas em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e com as orientações emanadas pelo Comitê de Procedimentos Contábeis do IBRACON, devidamente auditadas e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, indispensáveis para divulgar o desempenho da Companhia para a sociedade, investidores, financiadores, clientes e parceiros.

A documentação que suporta as contas ora apresentadas encontra-se acessível aos senhores acionistas, estando a Diretoria Executiva da Companhia à disposição para prestar os esclarecimentos adicionais que eventualmente se tornem necessários.

mensagem do presidente

O ano de 2024 marca mais um capítulo na trajetória da Jirau Energia, reafirmando nosso compromisso com a geração sustentável de energia e a contribuição para o setor elétrico brasileiro. Com mais de uma década de operação, superamos desafios, consolidamos nossa presença no mercado e alcançamos resultados que refletem nossa visão estratégica.

Este foi o segundo ano consecutivo de lucro líquido, totalizando R\$ 219 milhões de reais), acompanhado de um EBITDA de R\$ 1,86 bi (um bilhão, oitocentos e sessenta milhões de reais). Esses números evidenciam a eficiência de nossas operações e a resiliência de nossa gestão financeira, mesmo diante de desafios hidrológicos e transformações no mercado de energia.

Nossa estratégia de gestão de portfólio foi fundamental para mitigar riscos associados à volatilidade do PLD e aos baixos níveis de GSF. Com foco na negociação de contratos no ambiente de contratação livre, garantimos previsibilidade nos fluxos de caixa e minimizamos exposições financeiras. Além disso, reforçamos a disciplina orçamentária por meio de um rigoroso controle de despesas e otimização de recursos, garantindo eficiência operacional sem comprometer a qualidade dos processos.

No âmbito operacional, a Usina Hidrelétrica Jirau obteve um índice de disponibilidade de 99,25%, posicionando-se como a segunda usina hidrelétrica mais eficiente do país. Esse desempenho foi impulsionado pela otimização das manutenções e pela adoção de tecnologias inovadoras, como o sistema de balizamento de troncos (Log Boom), que aprimorou a segurança e eficiência operacional.

A sustentabilidade continua no centro de nossa atuação. Em 2024, conquistamos a certificação ISO 14001:2015, reforçando a robustez de nosso Sistema de Gestão Ambiental e nossa adesão aos mais altos padrões globais. Outro marco relevante foi a certificação pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) da ONU, que nos posiciona como o maior projeto de energia renovável do mundo. Com isso, evitamos a emissão de seis milhões de toneladas de CO2 por ano, fortalecendo nosso papel na transição energética global e alinhamento com a agenda ESG.

Investimos R\$ 60 milhões em programas socioambientais, abrangendo educação, preservação ambiental e recuperação de áreas degradadas. Atualmente, 630 hectares estão em processo de reflorestamento, resultado de parcerias com pequenos produtores rurais e viveiros familiares. Nosso compromisso social também se reflete no desenvolvimento comunitário, com ampliação de investimentos em educação, capacitação profissional e incentivo a atividades econômicas sustentáveis. Nova Mutum Paraná, distrito planejado para atender famílias impactadas pelo empreendimento, exemplifica esse compromisso com qualidade de vida e infraestrutura adequada.

No campo da governança corporativa, seguimos orientados pelos princípios de transparência, equidade, *accountability* e responsabilidade corporativa. Nosso Conselho de Administração, composto por profissionais experientes e diversificados, assegura alinhamento estratégico e sustentabilidade de longo prazo. Em 2024, avançamos na integração de critérios socioambientais à estratégia de negócios, consolidando nossa visão de valor compartilhado. A segurança e o bem-estar dos colaboradores são prioridades em nossa cultura organizacional. Mantemos iniciativas como o programa "Pare, processe e prossiga", e intensificamos visitas preventivas e técnicas operacionais. Esse compromisso é respaldado pela certificação ISO 45001:2018, que reconhece a excelência de nosso sistema de gestão de segurança e saúde ocupacional.

Com base no Memorando de Entendimentos celebrado entre Brasil e Bolívia, que possibilita a operação da UHE Jirau em cota 90 m estendida/ampliada, obtivemos todas as licenças necessárias e estabelecemos um acordo comercial com ENDE, para viabilizar essa operação, a qual permite um aumento médio anual de até 250 MWm na capacidade de geração, agregando valor à Companhia.

Guiados por nossa visão de sermos **A referência em geração sustentável de energia na Amazônia**, seguimos comprometidos em ampliar nosso impacto positivo. Inovação tecnológica, eficiência operacional e parcerias estratégicas continuarão sendo pilares fundamentais para enfrentarmos os desafios futuros, sempre equilibrando crescimento econômico sustentabilidade ambiental e inclusão social.

Agradeço a confiança de nossos acionistas e parceiros estratégicos, cujo suporte contínuo fortalece a capacidade da Jirau Energia de gerar valor e expandir sua atuação de forma sustentável. Seguimos comprometidos com a excelência operacional, disciplina financeira e crescimento sustentável, garantindo retorno sólido e previsível para nossos investidores. Juntos, continuaremos a gerar valor e promover um futuro mais sustentável, resiliente e próspero.

PERFIL CORPORATIVO

A Jirau Energia S.A. é uma empresa de capital fechado fundada em 2007, com filial em Porto Velho (RO) desde 2009. Obteve concessão para explorar o potencial hidrelétrico do rio Madeira em 2008, prorrogada até 2045. Opera sob Licença de Operação do IBAMA renovada em 2019 por mais 10 anos. A Usina Hidrelétrica Jirau, inaugurada em 2016, possui 50 unidades geradoras

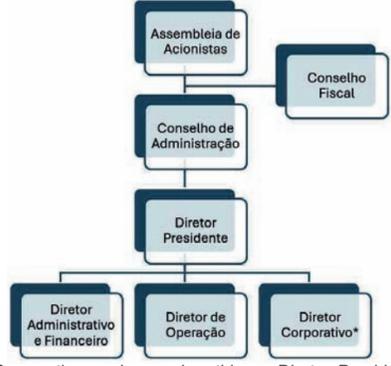
com potência total de 3.750 MW, contribuindo com 3,6% da energia nacional em 2023. É a quarta maior geradora do Brasil e opera entre as cotas 82,5 m e 90,0 m, com um reservatório de até 361,6 km³.

Em 2023, sua garantia física foi de 2.101,5 MW médios, sendo 74% destinados ao Ambiente de Contratação Regulado (ACR) e 26% ao Ambiente de Contratação Livre (ACL). Para mitigar riscos do mercado, a empresa adota estratégias de proteção, incluindo leilões de compra de energia.

A usina emprega 305 funcionários próprios e 910 terceirizados, abastecendo aproximadamente 6 milhões de residências. Além de suprir parte da demanda dos estados do Acre e Rondônia, também fornece energia para o Sudeste via linha de 600 kV entre Porto Velho e Araraquara (SP).

GOVERNANÇA CORPORATIVA E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura de gestão da Jirau Energia é composta pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva. O Conselho de Administração, órgão máximo da companhia, conta com 8 membros titulares, 2 independentes e seus suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de 2 anos, com possibilidade de reeleição, sendo responsável por assegurar que a Diretoria gerencie riscos e oportunidades de forma preventiva. A Diretoria Executiva é composta por 3 a 4 Diretores Estatutários, incluindo o Diretor-Presidente, todos eleitos pelo Conselho de Administração para mandatos de 2 anos, com possibilidade de reeleição, sendo formada exclusivamente por profissionais qualificados e domiciliados no Brasil. A empresa possui três comitês de assessoramento: Ética, Econômico-financeiro e Comercialização de Energia, com membros aprovados pelo Conselho de Administração, que analisam questões específicas e apresentam manifestações ao Conselho. O Conselho Fiscal opera de forma não permanente, com 3 membros e 3 suplentes, também eleitos pela Assembleia Geral, com mandatos que se encerram na Assembleia Ordinária do ano seguinte à eleição, podendo ser renovados.



*A Diretoria Corporativa, embora submetida ao Diretor Presidente, consiste em uma Diretoria não-estatutária.

MERCADO E DESAFIOS

Em 2024, a matriz elétrica do Brasil expandiu cerca de 10,8 GW, superando a meta anual de 10,1 GW e registrando a maior expansão da série histórica da ANEEL. A nova capacidade instalada foi composta por 51,9% de usinas fotovoltaicas, 39,3% de usinas eólicas, 8,4% de termelétricas e 0,5% de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs). Além disso, a capacidade de Micro e Minigeração Distribuída cresceu 8,8 GW. Esse aumento da oferta energética intensificou o curtailment, exigindo maior planejamento do sistema e estratégias de mitigação pelos geradores.

Outro marco de 2024 foi a abertura do mercado livre para todos os consumidores do Grupo A, o que gerou um volume recorde de migração e maior liquidez no setor. O período também foi marcado por alta volatilidade do PLD, influenciada por condições hidrológicas desfavoráveis, exceto no Sul. O PLD médio no PECO foi de R\$ 127,88/MWh, frente a R\$ 72,17/MWh em 2023, atingindo o pico de R\$ 480,78/MWh em outubro devido ao despacho térmico no horário de pico noturno. A redução do GSF de 90% para 87% refletiu desafios hidrológicos, mas a geração hidráulica permaneceu relevante, compondo 61% da matriz elétrica e reafirmando o protagonismo das fontes renováveis no Brasil.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2024, a UHE Jirau enfrentou desafios devido à estiagem mais severa dos últimos 57 anos na bacia do Rio Madeira, com vazão média de apenas 68% da média histórica. Essa condição extrema, agravada pelo El Niño e o aquecimento do Atlântico Tropical Norte, resultou em 105 dias de recortes de vazões mínimas, incluindo a menor já registrada, de 2.017 m³/s em 9 de outubro.

A geração de energia da usina, diretamente impactada pela baixa afluência, atingiu 1.403,25 MW médios. Além disso, houve momentos em que, apesar da capacidade de geração, a UHE Jirau foi submetida a restrições de despacho pelo ONS devido ao excedente de geração nacional, resultando em vertimentos turbináveis.

Apesar das adversidades, a usina manteve altos índices de disponibilidade, alcançando a segunda colocação entre as usinas do país, com 99,25% de disponibilidade acumulada em 60 meses. Esse desempenho reflete a alta eficiência operacional das turbinas e a execução estratégica de manutenções. A revisão da garantia física, vigente desde 2023, reduziu a taxa de disponibilidade de referência de 99,50% para 94,76%.

NOSSAS PESSOAS

A Jirau Energia promove um ambiente de trabalho seguro, respeitoso e inclusivo, valorizando seus colaboradores como essenciais para o sucesso da empresa. Comprometida com o desenvolvimento profissional, a companhia busca ser reconhecida como uma das melhores para se trabalhar, incentivando a colaboração e o crescimento interno.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023			
(Valores expressos em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		218.681	44.213
Ajustado por:			
Depreciação e amortização	20 / 21	729.033	759.087
Encargos de dívida (juros provisionados)	13.2	874.722	939.729
Resultado com transações na CCEE	20	47.466	50.179
Atualização de custos socioambientais (AVP)	17.5	37.000	39.542
Ressarcimento do risco hidrológico - GSF	20	20.504	20.504
Atualização monetária do UBP	16	23.070	22.283
Despesas antecipadas (Seguros)	20	10.963	10.189
Provisão/reversão e atualização monetária para contingências	17.2	33.558	1.836
Comissões sobre empréstimos	13.2	3.249	3.243
Baixa de imobilizado e Intangível	10 / 11	425	2.692
Rendimentos de Aplicação financeira (Títulos e valores mobiliários - TVM)	22	(91.006)	(152.074)
Atualização monetária	22	(5.790)	(5.611)
IR e contribuição social diferidos	9	117.962	26.923
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	7.3 / 21	629	1
Variações dos ativos e passivos operacionais:		1.832.406	1.589.432
Clientes		771	(47.784)
Estoques		(11.658)	(4.172)
Despesas antecipadas		(17.520)	(13.543)
Depósito judicial		1.104	(5)
Outros ativos		(6.975)	(2.988)
Fornecedores e contas a pagar		(101.876)	(57.219)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		5.344	2.606
Encargos setoriais		8.701	9.159
Pagamento do UBP	16	(19.481)	(18.701)
Pagamento de custos socioambientais	17.5	(60.392)	(54.944)
Tributos compensáveis		(151.876)	(157.717)
Pagamento de contingências		(953)	(1.486)
Tributos a recolher		167.051	173.985
Outros passivos		(300)	(495)
Caixa líquidos gerado pelas atividades operacionais		1.832.406	1.589.432
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicação Financeira (Títulos e valores mobiliários - TVM)	6	(550.072)	102.186
Aquisição de imobilizado e intangível	10 e 11	(44.367)	(81.780)
Tributos compensáveis (aquisição de imobilizado)		(4.032)	(7.538)
Caixa consumido e gerado nas atividades de investimentos		(598.471)	12.868
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captações de empréstimos e financiamentos	13.2	2.240	-
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	13.2	(649.663)	(592.854)
Pagamento de juros dos empréstimos e financiamentos	13.2	(794.803)	(838.511)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos		(1.442.226)	(1.431.365)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício		(208.291)	170.935
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		863.473	692.538
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		655.182	863.473
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício		(208.291)	170.935
Transações não caixa:			
Compensação tributária		172.682	181.674
Aquisição imobilizado e intangível (desapropriação de terras e servidão)		-	11.360
Transferência imobilizado/estoque		-	17.785
Provisão custos socioambientais - Passivo e Imobilizado		282.321	-
Custos socioambientais - Transferência Imobilizado / Intangível		286.897	-
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

A segurança e o bem-estar dos colaboradores são prioridades inegociáveis, com investimentos contínuos na prevenção de riscos, seguindo a ISO 45001:2018 e a Política Integrada de Saúde, Segurança e Meio Ambiente. Além disso, a empresa valoriza a comunidade local, promovendo ações que respeitam as particularidades regionais.

Em 2024, foram realizadas 25.578 horas de treinamentos, com foco na capacitação técnica das equipes, desenvolvimento de lideranças e programas de diversidade e ética. O treinamento de Team Building fortaleceu o engajamento e o trabalho colaborativo, enquanto fóruns e workshops aprimoraram a gestão estratégica.

As políticas salariais são transparentes e alinhadas ao mercado, complementadas por benefícios como assistência médica e odontológica, previdência complementar, participação nos lucros, Gympass e apoio psicológico, jurídico e financeiro. Para os colaboradores da Planta, a empresa oferece transporte, restaurante e moradia com custo reduzido.

SAÚDE E SEGURANÇA

A Jirau Energia prioriza a integridade, o profissionalismo e a capacitação, prevenindo acidentes por meio da conscientização, treinamentos e controle de riscos nos processos e ambientes de trabalho. A segurança é um valor essencial na cultura empresarial, sendo um compromisso central da liderança. A empresa estruturou um sistema de gestão de segurança e saúde ocupacional baseado na ISO 45001:2018, apresentando indicadores relevantes para 2024. Conta com um quadro especializado do SESMT, garantindo instalações adequadas e avaliações ergonômicas em todos os postos de trabalho.

Além disso, implementa programas de prevenção de acidentes e gestão de riscos, promovendo sensibilização e formação contínua das equipes. Comitês dedicados à segurança e saúde reforçam o compromisso com a melhoria contínua desses processos.

MEIO AMBIENTE

A UHE Jirau tem a sustentabilidade como pilar essencial, equilibrando a geração de energia com a conservação ambiental no rio Madeira. A empresa adota uma gestão ambiental robusta, com 28 programas socioambientais voltados para a preservação da biodiversidade, recuperação de áreas degradadas, monitoramento ambiental e mitigação de impactos. Comprometida com a compensação ambiental, a Jirau Energia investe em iniciativas de educação ambiental, saúde pública e gestão de resíduos, além de monitorar e reduzir suas emissões de gases de efeito estufa. O compromisso com a sustentabilidade é reforçado por certificações como a ISO 14001:2015 e a renovação da Licença de Operação, garantindo práticas responsáveis e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico regional.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E CIENTÍFICO (P&D)

Em 2024, a UHE Jirau realizou diversos projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI), totalizando um investimento de R\$ 2,6 milhões:

- PD-06631-0010/2020 - Espectrorradiometria para Monitoramento de Sedimentos em Reservatórios;

- Objetivo: Desenvolver um sistema para monitoramento de sedimentos em reservatórios de usinas hidrelétricas, utilizando espectrorradiometria hiperespectral, permitindo medições em tempo real e sem contato com a água, para aumentar a capacidade de monitoramento e reduzir custos.

- PD-06631-0015/2023 - Estudos avançados de modelagem do despacho diário de geração no sistema interligado nacional: novas perspectivas frente aos desafios atuais - EAMDDG;

- Objetivo: Investigar, analisar e desenvolver aprimoramentos na modelagem e estratégia de solução do modelo DESSEM, visando aprimorar a Programação Diária da Operação (PDO) do Sistema Interligado Nacional (SIN) e reduzir custos adicionais decorrentes de subotimizações.

- PD-06631-0016/2023 - Desenvolvimento de um Sistema Smart On-line de Monitoramento e Diagnóstico de Falhas nos Ventiladores de Resfriamento de Unidades Geradoras - SMARTUG;

- Objetivo: Desenvolver um sistema inteligente online para monitoramento e diagnóstico de falhas nos ventiladores de resfriamento das Unidades Geradoras, utilizando aprendizado de máquina e modelos preditivos para antecipar falhas mecânicas e otimizar as manutenções.

DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

Diante de um cenário desafiador no setor elétrico brasileiro, a Jirau Energia demonstrou resiliência e capacidade de adaptação, consolidando seu segundo ano consecutivo de resultado líquido positivo. Esse desempenho reflete uma gestão eficiente, planejamento estratégico robusto e a contínua otimização das operações em um ambiente regulado.

Em 2024, a Jirau Energia registrou um lucro líquido de R\$ 219 milhões de reais, representando um crescimento expressivo em relação ao ano anterior, quando obteve R\$ 44 milhões de reais, o que equivale a uma evolução de 395%. Esse avanço foi impulsionado pela redução da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), pela gestão ativa do portfólio de energia e pela otimização dos gastos gerenciáveis.

	2024	2023
DRE GERENCIAL		
Receita Operacional Bruta	3.983.133	3.758.596
Deduções da Receita	-400.985	-378.754
Receita Operacional Líquida	3.582.148	3.379.842
Gastos gerenciáveis	-227.595	-206.520
Gastos não gerenciáveis	-1.495.193	-1.482.147
EBITDA	1.856.662	1.690.238
Depreciação e amortização	-729.032	-760.822
Lucro Operacional (EBIT)	1.127.630	929.416
Resultado Financeiro	-790.986	-858.280
Lucro antes do IR e CSLL	336.643	71.136
IR e CSLL	-117.962	-26.923
Resultado líquido do período	218.681	44.213

Maurício Stolle Bähr
Presidente do Conselho de Administração

Edson Luiz da Silva
Diretor-Presidente

Demonstrações do Resultado Abrangente			
Para os exercícios findos em 31/12/2024 e 2023			
(Valores expressos em milhares de reais)			
		31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício		218.681	44.213
Resultado abrangente do exercício		218.681	44.213

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os exercícios findos em 31/12/2024 e 2023			
(Valores expressos em milhares de reais)			
	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2023	11.673.710	(2.720.622)	8.953.088
Lucro líquido do exercício	-	218.681	218.681
Saldos em 31/12/2024	11.673.710	(2.501.941)	9.171.769
Saldos em 31/12/2022	11.673.710	(2.764.835)	8.908.875
Lucro líquido do exercício	-	44.213	44.213
Saldos em 31/12/2023	11.673.710	(2.720.622)	8.953.088

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Jirau Energia S.A. ("Companhia" ou "Jirau Energia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, Av. Presidente Wilson, 231 - sala 2904, constituída em 15/07/2007, com filial em Porto Velho - RO, na Rodovia BR-364 - km 824 - Jaci Paraná, constituída em 12/12/2009.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14/09/2023, aprovou-se a alteração da denominação social da Companhia de Energia Sustentável do Brasil S.A. para Jirau Energia S.A.

A área de atuação e a atividade operacional da Companhia é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). No dia 12/08/2008, foi publicada no Diário Oficial da União - DOU a outorga pela União (poder concedente) da concessão de uso do bem público para exploração do potencial de energia hidráulica do rio Madeira, no estado de Rondônia, para a UHE Jirau. A concessão foi outorgada por um prazo de 35 anos, a partir da assinatura do Contrato de Concessão nº 002/08 - MME-UHE Jirau, que ocorreu no dia 13/08/2008 (o prazo de concessão da UHE Jirau, foi estendido até dezembro de 2045).

Em setembro de 2013, teve início a operação comercial da primeira unidade geradora (UG) da UHE Jirau. Com a publicação do Despacho nº 3.032 da ANEEL, de 22/11/2016, a Companhia completou, formalmente, sua motorização, ou seja, 50 unidades geradoras em operação comercial. No dia 16/12/2016, ocorreu a cerimônia de inauguração da UHE Jirau, que reforça a segurança energética do país com 3.750 MW.

A partir de 01/01/2023, devido a revisão ordinária de garantia física das UHEs despachadas centralizadamente no SIN, a garantia física da UHE Jirau passou a ser de 2.101,5 MW médios, conforme divulgado na Portaria nº 709/GM/MME de 30/11/2022.

Atualmente a garantia física é negociada na seguinte proporção: - 74% destinada ao Ambiente de Contratação Regulado - ACR, conforme Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs;

- 26% destinada ao Ambiente de Contratação Livre - ACL.

1.1. Continuidade Operacional

A Companhia mantém estratégias seguras de mitigação de descontinuidade, tais como: (i) consolidação da estratégia de gestão de portfólio minimizando o risco de exposição ao mercado por meio de leilões bem-sucedidos de compra de energia no curto, médio e longo prazos

 JIRAU ENERGIA S.A. CNPJ/MF nº 09.029.666/0001-47													
<p>UHE Jirau. Como amplamente noticiado, o período de seca também registrou as piores vazões do histórico nas demais regiões do país, provocando redução da geração hidrelétrica das demais UHEs. A Companhia realizou com antecedência a compra de montantes expressivos de energia para o segundo semestre de 2024, que representa proteção fundamental para enfrentar a elevação circunstancial do déficit energético da UHE Jirau e o aumento dos preços de liquidação (PLD) na CCEE, de forma que os fluxos financeiros da companhia não foram impactados de forma expressiva.</p> <p>1.3. Memorando de Entendimentos Brasil e Bolívia Em julho de 2024, Brasil e Bolívia assinaram Memorando de Entendimentos para permitir a operação contínua do reservatório da UHE Jirau em cota 90 metros. A operação em cota 90 m (“constante” ou “ampliada”) trará maior produtividade para as unidades geradoras da usina e maior geração ao longo do ano. O benefício energético poderá se refletir em acréscimo de garantia física a ser repartido com a Bolívia.</p> <p>A Jirau Energia obteve as licenças ambientais e autorizações dos órgãos competentes, em especial uma nova outorga da Agência Nacional de Águas (ANA) para que ocorra a operação em cota 90 m. Assim como, já requereu junto a ANEEL e ao MME pedido de Revisão Extraordinária de Garantia Física. Essa Garantia Física adicional representará relevante recurso energético extra para a Companhia.</p> <p>2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</p> <p>2.1. Base de elaboração As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas internacionais de relatório financeiro <i>International Financial Reporting Standards (“IFRS”)</i>, emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board (“IASB”)</i>, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando essas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.</p> <p>Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.</p> <p>As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.</p> <p>Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade e são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.</p> <p>A conclusão das demonstrações financeiras foi autorizada e aprovada pela Diretoria da Companhia em 29 de janeiro de 2025.</p> <p>2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.</p> <p>3. PRÁTICAS CONTÁBEIS E USO DE ESTIMATIVAS</p> <p>3.1. Práticas contábeis As práticas contábeis aplicadas da Companhia estão apresentadas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes.</p> <p>3.2. Uso de estimativas e práticas contábeis críticas As práticas contábeis críticas são aqueles importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de se fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas.</p> <p>Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou determinadas premissas decorrentes de experiência histórica e outros fatores que considera como razoáveis e relevantes. Ainda que essas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e dos seus passivos. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revistas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.</p> <p>As principais notas explicativas vinculadas a aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas são:</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="text-align: left;">Nota</th> <th style="text-align: left;">Estimativas significativas</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>7.3</td> <td>Contas a receber</td> </tr> <tr> <td>9.1</td> <td>Tributos diferidos</td> </tr> <tr> <td>10.1 e 11.1</td> <td>Imobilizado e Intangível</td> </tr> <tr> <td>17.1</td> <td>Provisão para processos judiciais</td> </tr> <tr> <td>19.1</td> <td>Receita líquida</td> </tr> </tbody> </table> <p>4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES VIGENTES E NÃO VIGENTE Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo <i>International Accounting Standards Board (“IASB”)</i> e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) são os seguintes:</p> <p>Normas e interpretações novas e revisadas</p> <p>a - Revisadas e vigentes</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alterações à IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes; - Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants; - Alteração à IFRS 16 - Arrendamentos - Passivo de Arrendamento em uma Transação de “Sale and Leaseback”; e - Alterações ao CPC 40/ IAS 7 / IFRS 7 - Divulgação de informações sobre acordos financeiros. <p>Cabe ressaltar que para as normas e interpretações descritas acima, não houve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.</p> <p>b - IFRS novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alterações à IAS 21: Falta de Conversibilidade; - IFRS 18: Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras; e 	Nota	Estimativas significativas	7.3	Contas a receber	9.1	Tributos diferidos	10.1 e 11.1	Imobilizado e Intangível	17.1	Provisão para processos judiciais	19.1	Receita líquida	<p>- IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações. Cabe ressaltar que para as normas e interpretações descritas acima, a Companhia está analisando os possíveis impactos em suas demonstrações financeiras e aguardará a orientação do CPC para a aplicação desses pronunciamentos.</p> <p>7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES</p> <p>7.1 Prática contábil e uso de estimativas críticas São registradas inicialmente pelo valor de venda quando o recebimento do valor pela contraprestação for incondicional e deduzido da provisão para créditos de liquidação duvidosa.</p> <p>Conforme os CCEARs, o faturamento mensal é realizado com base no produto da energia contratada (em MWh) e pelo preço de venda contratado (preço atualizado anualmente).</p> <p>Considerando as garantias oferecidas nos contratos bilaterais, a exposição do risco de crédito é residual, tanto para os contratos com partes relacionadas quanto com terceiros. Dada à essas características, o nível de constituição das perdas esperas não é relevante para essa classe de recebíveis. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.</p> <p>PECLD - perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, levando em conta eventos de inadimplência com probabilidade de ocorrência em doze meses.</p> <p>9. TRIBUTOS DIFERIDOS</p> <p>9.1 Prática contábil e uso de estimativas críticas Os tributos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis e são apresentadas de forma líquida nas demonstrações financeiras. Os tributos diferidos sobre prejuízos fiscais são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia apresente lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais prejuízos fiscais possam ser utilizados.</p> <p>Os tributos diferidos são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, onde também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.</p> <p>Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício em que se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente na data do balanço, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultam da forma pela qual a Companhia espera, na data do balanço, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.</p> <p>10. IMOBILIZADO</p> <p>10.1. Prática contábil e uso de estimativas críticas Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (<i>impairment</i>).</p> <p>A Companhia estimou o valor recuperável de seus ativos de longo prazo com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado, pautando-se nas tendências futuras do setor elétrico, tanto a partir de fontes externas de informações como dados históricos, e com base no resultado operacional e nas projeções da Companhia até o término da concessão com base no crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira.</p> <p>A projeção do fluxo de caixa operacional contemplou as seguintes premissas: (a) todo o período remanescente da concessão; (b) balanço energético, efeitos do GSF e respectivo acordo além de percentuais projetados por todo o período de concessão; (c) montantes e preços de energia contratados no ACR e no ACL; (d) custos e despesas com pessoal, materiais, serviços de terceiros, encargos setoriais, compra de energia, encargos de transmissão, tributos e outras despesas e projeção de provisões a realizar após a data-base do teste.</p> <p>A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitadas ao prazo de concessão. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (<i>impairment</i>) destes ativos, quando aplicáveis.</p> <p>Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou construção.</p> <p>11. INTANGÍVEL</p> <p>11.1. Prática contábil e uso de estimativas críticas Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (<i>impairment</i>).</p> <p>Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil econômica, limitadas ao prazo de concessão.</p>
Nota	Estimativas significativas												
7.3	Contas a receber												
9.1	Tributos diferidos												
10.1 e 11.1	Imobilizado e Intangível												
17.1	Provisão para processos judiciais												
19.1	Receita líquida												
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="background-color: #002060; color: white;">Conselho de Administração</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="text-align: center;"> Maurício Stölle Bähr - Presidente Manoel Arlindo Zaroni Torres - Conselheiro Eduardo Antonio Gori Sattamini - Conselheiro Noriaki Watanabe - Conselheiro João Henrique de Araújo Franklin Neto - Conselheiro Marisete Fátima Dadald Pereira - Conselheira Rodrigo Limp Nascimento - Conselheiro Koichi Katayama - Conselheiro Guilherme Azevedo da Silva - Conselheiro Camila Gualda Sampaio Araújo - Conselheira </td> </tr> </tbody> </table> <p style="text-align: center;">Relatório do Auditor Independente Resumido</p> <p><small>*As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31/12/2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço a) https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br/; b) https://www.jirauenergia.com.br/informacoes-financeiras/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 29/01/2025, sem modificações*.</small></p>		Conselho de Administração	Maurício Stölle Bähr - Presidente Manoel Arlindo Zaroni Torres - Conselheiro Eduardo Antonio Gori Sattamini - Conselheiro Noriaki Watanabe - Conselheiro João Henrique de Araújo Franklin Neto - Conselheiro Marisete Fátima Dadald Pereira - Conselheira Rodrigo Limp Nascimento - Conselheiro Koichi Katayama - Conselheiro Guilherme Azevedo da Silva - Conselheiro Camila Gualda Sampaio Araújo - Conselheira										
Conselho de Administração													
Maurício Stölle Bähr - Presidente Manoel Arlindo Zaroni Torres - Conselheiro Eduardo Antonio Gori Sattamini - Conselheiro Noriaki Watanabe - Conselheiro João Henrique de Araújo Franklin Neto - Conselheiro Marisete Fátima Dadald Pereira - Conselheira Rodrigo Limp Nascimento - Conselheiro Koichi Katayama - Conselheiro Guilherme Azevedo da Silva - Conselheiro Camila Gualda Sampaio Araújo - Conselheira													
<p>17. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS</p> <p>17.1 Prática contábil e uso de estimativas críticas As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível. As contingências são definidas com base em avaliação e qualificação dos riscos de perda e são provisionadas quando há risco provável.</p> <p>17.2. Provisão para litígios A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades.</p> <p>Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.</p> <p>18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO</p> <p>18.1. Capital social autorizado A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$12.000.000.000, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária.</p> <p>18.2 Capital social Em 31/12/2024, a Jirau Energia registra um capital social subscrito e integralizado de R\$11.673.710, dividido em 11.673.710.000 de ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal (R\$11.673.710, em 31/12/2023).</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="text-align: right;">Participação (%)</th> <th></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="text-align: right;">40,0</td> <td>Engie Brasil Participações Ltda.</td> </tr> <tr> <td style="text-align: right;">20,0</td> <td>CGT Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (ELETROSUL)</td> </tr> <tr> <td style="text-align: right;">20,0</td> <td>Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF)</td> </tr> <tr> <td style="text-align: right;">20,0</td> <td>Mizha Energia Participações S.A.</td> </tr> <tr> <td style="text-align: right;">100,0</td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <p>Conforme as obrigações estabelecidas na cláusula quinta do Acordo de Acionistas da Jirau Energia, os acionistas comprometem-se, na proporção das respectivas participações percentuais, a subscrever e integralizar capital, de acordo com o que dispuser o Cronograma de Aporte de Recursos.</p> <p>Caso qualquer acionista deixe de integralizar o capital na Jirau Energia por ele subscrito, os demais acionistas, após cinco dias úteis sem que tenha sido sanada a inadimplência, terão o direito de, na proporção de sua participação no capital social (excluída a participação do acionista inadimplente): (i) integralizar tal parcela do capital social; (ii) adquirir as ações já integralizadas; e/ou (iii) adquirir as ações ainda não integralizadas.</p> <p>Os acionistas da Jirau Energia obrigam-se a não alienar as ações de sua propriedade, salvo com a anuência dos demais acionistas.</p> <p>19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</p> <p>19.1. Prática contábil e uso de estimativas críticas A receita é reconhecida no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado e quando podem ser mensuradas de forma confiável. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho.</p> <p>Com o início da entrega dos montantes de energia dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (ACR) - CCEARs, a Jirau Energia passou a auferir receita operacional.</p> <p>A Companhia vende a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores. Além da receita comercializadas nos ambientes livre e regulado (ACL e ACR), a Companhia obtém receita decorrente da liquidação das sobras de energia na CCEE.</p> <p>25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS</p> <p>25.2. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados.</p> <p>(i) Ativos financeiros Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; e Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros.</p> <p>(ii) Passivo financeiro Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.</p>		Participação (%)		40,0	Engie Brasil Participações Ltda.	20,0	CGT Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (ELETROSUL)	20,0	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF)	20,0	Mizha Energia Participações S.A.	100,0	
Participação (%)													
40,0	Engie Brasil Participações Ltda.												
20,0	CGT Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (ELETROSUL)												
20,0	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF)												
20,0	Mizha Energia Participações S.A.												
100,0													

Grupo CPV Educacional adquire a startup ASF

Com a aquisição, grupo amplia presença em soluções digitais para o ensino

O CPV Educacional, um dos principais grupos de educação do Brasil, anunciou a aquisição da startup ASF, plataforma online voltada à preparação pré-vestibular. A operação marca mais um passo na estratégia de inovação do grupo, que aposta na inteligência artificial para personalizar o ensino e atender às novas demandas da educação do século XXI.

Fundado em 1959 como cursinho preparatório, o CPV ampliou sua atuação ao longo dos anos e hoje também é Colégio, Sistema de Ensino — presente em mais de 200 escolas — e mantém o Alfred, sua plataforma de tecnologia edu-

cacional. A aquisição da ASF reforça o movimento do grupo rumo a soluções educacionais mais conectadas com as transformações da sociedade.

Criada em 2020 por Enrico D’Angelo Gazola — então com apenas 20 anos e ainda no primeiro ano de Economia no Insper —, a ASF surgiu a partir da percepção de uma lacuna no ensino de soft skills no Brasil. Em um momento em que universidades de ponta passaram a incluir avaliações de competências como comunicação, argumentação e raciocínio crítico em seus processos seletivos, a proposta da ASF foi além do conteúdo tradi-

cional. A aquisição da ASF reforça o movimento do grupo rumo a soluções educacionais mais conectadas com as transformações da sociedade.

Criada em 2020 por Enrico D’Angelo Gazola — então com apenas 20 anos e ainda no primeiro ano de Economia no Insper —, a ASF surgiu a partir da percepção de uma lacuna no ensino de soft skills no Brasil. Em um momento em que universidades de ponta passaram a incluir avaliações de competências como comunicação, argumentação e raciocínio crítico em seus processos seletivos, a proposta da ASF foi além do conteúdo tradi-

cional. A aquisição da ASF reforça o movimento do grupo rumo a soluções educacionais mais conectadas com as transformações da sociedade.

Criada em 2020 por Enrico D’Angelo Gazola — então com apenas 20 anos e ainda no primeiro ano de Economia no Insper —, a ASF surgiu a partir da percepção de uma lacuna no ensino de soft skills no Brasil. Em um momento em que universidades de ponta passaram a incluir avaliações de competências como comunicação, argumentação e raciocínio crítico em seus processos seletivos, a proposta da ASF foi além do conteúdo tradi-

cional. A aquisição da ASF reforça o movimento do grupo rumo a soluções educacionais mais conectadas com as transformações da sociedade.

Criada em 2020 por Enrico D’Angelo Gazola — então com apenas 20 anos e ainda no primeiro ano de Economia no Insper —, a ASF surgiu a partir da percepção de uma lacuna no ensino de soft skills no Brasil. Em um momento em que universidades de ponta passaram a incluir avaliações de competências como comunicação, argumentação e raciocínio crítico em seus processos seletivos, a proposta da ASF foi além do conteúdo tradi-

cional. A aquisição da ASF reforça o movimento do grupo rumo a soluções educacionais mais conectadas com as transformações da sociedade.

Criada em 2020 por Enrico D’Angelo Gazola — então com apenas 20 anos e ainda no primeiro ano de Economia no Insper —, a ASF surgiu a partir da percepção de uma lacuna no ensino de soft skills no Brasil. Em um momento em que universidades de ponta passaram a incluir avaliações de competências como comunicação, argumentação e raciocínio crítico em seus processos seletivos, a proposta da ASF foi além do conteúdo tradi-

Assine o jornal Monitor Mercantil (21) 3849-6444



JAURO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 08.583.456/0001-33

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente (emitido em 28 de fevereiro de 2024, sem modificações), estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br/>

Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro (em milhares de Reais)			Demonstrações do resultado			
	Nota	2024	2023	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa		1.331	2.073		1.340	1.122
Títulos e valores mobiliários	8 (i)	8.957	8.800	12	11.081	13.241
Concessionárias e permissionárias	9	7.993	9.015	12	1.590	13.703
Ativo de contrato	10	73.511	96.110		2.245	1.979
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11	4.966	7.278		1.579	1.331
Outros ativos		5.075	5.473		6.440	8.421
Total do ativo circulante		101.833	128.749		34.339	58.213
Títulos e valores mobiliários	8 (ii)	13.971	16.933		16.480	27.236
Ativo de contrato	10	448.191	462.198		55.602	54.368
Total do realizável a longo prazo		462.162	479.131		34.339	58.213
Imobilizado		3.345	3.474		16.480	27.236
Total do imobilizado		3.345	3.474		16.480	27.236
Total do ativo não circulante		465.507	482.605		34.339	58.213
Total do ativo		567.340	611.354		34.339	58.213
Demonstrações do resultado abrangente			Demonstrações do resultado			
Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)			Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)			
	2024	2023		2024	2023	
Lucro líquido do exercício	14.239	30.230	Receita operacional líquida	17	49.376	66.797
Outros resultados abrangentes	-	-	Custo de construção	18 (a)	(4.102)	-
Resultado abrangente total do exercício	14.239	30.230	Custos operacionais	18 (b)	(18.314)	(17.796)
			Custos operacionais		(22.416)	(17.796)
			Lucro bruto		26.960	49.001
			Despesas gerais e administrativas	18 (c)	(1.621)	(2.080)
			Despesas operacionais		(1.621)	(2.080)
			Resultado antes do resultado financeiro		25.339	46.921
			Receitas financeiras		3.654	6.183
			Despesas financeiras		(12.137)	(14.708)
			Resultado financeiro	19	(8.483)	(8.525)
			Resultado antes dos impostos		16.856	38.396
			Imposto de renda e contribuição social correntes		(6.309)	(1.606)
			Imposto de renda e contribuição social diferidos		3.692	(6.560)
			Imposto de renda e contribuição social	20	(2.617)	(8.166)
			Lucro líquido do exercício		14.239	30.230

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)							
	Nota	Capital Social	Legal	Reservas de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022		266.880	5.330	5.828	31.912	46.245	356.198
Transferência para reserva de retenção de lucros	16 (b)	-	-	-	46.245	(46.245)	-
Pagamento de dividendos	16 (b)	-	-	-	(36.245)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	30.230	30.230
Reserva Legal	16 (b)	-	1.510	-	-	(1.510)	(36.245)
Reserva de incentivos fiscais	16 (b)	-	-	4.754	-	(4.754)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16 (d)	-	-	-	-	(5.991)	(5.991)
Dividendos adicionais propostos	16 (c)	-	-	-	-	(17.973)	(17.973)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		266.880	6.842	10.582	41.912	17.973	344.192
Pagamento de dividendos	16 (b)	-	-	-	-	(17.973)	(17.973)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	14.239	14.239
Reserva Legal	16 (b)	-	712	-	-	(712)	-
Reserva de incentivos fiscais	16 (b)	-	-	3.150	-	(3.150)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16 (d)	-	-	-	-	(2.594)	(2.594)
Dividendos adicionais propostos	16 (c)	-	-	-	-	(7.783)	(7.783)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		266.880	7.554	13.732	41.912	7.783	337.861

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional: A Jauru Transmissora de Energia S.A. (Companhia), sociedade anônima fechada, foi constituída em 3 de dezembro de 2006 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia é controlada pela Celeo Redes Expansões S.A. (Celedo Expansões), que detém 66,67% de participação, e pela Celeo Redes Brasil S.A. (Celedo), que possui 33,33% de participação. **1.1 Contrato de concessão** - O Contrato de Concessão N° 001/2007 (Contrato), tem como objetivo a implantação e operação de instalações de transmissão em 230 KV, constituídas por 940 km de linhas de transmissão, entradas de linha, bem como as respectivas instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A implantação foi realizada em duas fases, o Tramo Sul que conecta as subestações de Vilhena, em Rondônia, e Jauru, no Mato Grosso e o Tramo Norte que conecta as subestações de Vilhena, Pimenta Bueno, Ji Paraná, Ariquemes e Samuel, todas em Rondônia. As instalações de transmissão em 230 KV consistem em (a) linhas de transmissão que conectam (i) a Subestação Samuel na Subestação Ariquemes, ambas no Estado de Rondônia, com circuito simples e com extensão aproximada de 153 km; (ii) a Subestação Ariquemes na Subestação Ji-Paraná, ambas no Estado de Rondônia, com circuito simples e com extensão aproximada de 164 km; (iii) a Subestação Ji-Paraná na Subestação Pimenta Bueno, ambas no Estado de Rondônia, com circuito simples e com extensão aproximada de 118 km; (iv) a Subestação Pimenta Bueno na Subestação Vilhena, ambas no Estado de Rondônia, com circuito simples e com extensão aproximada de 160 km; e (v) a Subestação Vilhena, no Estado de Rondônia, na Subestação em Jauru, no Estado de Mato Grosso, com circuito duplo e com extensão aproximada de 354 km; e (b) (i) entradas de linhas 230 KV na Subestação Samuel, Subestação Ariquemes, Subestação Ji-Paraná, Subestação Pimenta Bueno, Subestação Vilhena e Subestação Jauru; e (ii) reatores de linha, 230 KV nas Subestações Ariquemes, Ji-Paraná, Pimenta Bueno, Vilhena, Jauru, além das respectivas instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. O Contrato foi assinado no dia 20 de abril de 2007 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 20 de abril de 2037. A Companhia entrou em operação comercial em maio de 2013. Os contratos de concessão assinados no ano de 2007 estabelecem o processo de revisão tarifária e também é previsto a redução de 50% da receita anual permitida no 16º ano de operação comercial. **1.2 Receita Anual Permitida (RAP)** - Os contratos assinados entre os anos de 2000 e 2006 estabelecem uma RAP fixa, sendo prevista a queda no 16º ano de operação comercial. Por essa razão, a partir de maio de 2024 (16º ano de operação comercial do Tramo Sul) a Companhia passou a receber 50% da RAP do 15º ano, para o Tramo Sul, o que se estenderá até o término do prazo da concessão. A Resolução Homologatória (RH) nº 3.348, de 16 de julho de 2024, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2024-2025 em R\$ 79.327 (RH nº 3.216, de 4 de julho de 2023, estabeleceu a RAP em R\$ 90.687 para o ciclo 2023-2024), uma redução aproximada de 12,5% decorrente da redução de 50% da RAP e do reajuste pela variação acumulada do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) publicado pelo IBGE. **1.3 Revisão Tarifária Periódica** - A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) procederá a revisão da RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A primeira revisão tarifária da Companhia ocorreu no ciclo 2012-2013, e as próximas revisões estão previstas para os ciclos 2027-2028 e 2032-2033. **1.4 Reforço** - Por meio do despacho nº 4.036, a ANEEL decidiu autorizar a Companhia a implantação de reforços em suas instalações de transmissão. O objetivo desse reforço é substituição e instalação da proteção e controle diferencial de barras da cadeia principal contemplando uma unidade de bay - (i) vão Vilhena C1; (ii) vão Vilhena C2; (iii) vão Ariquemes C2; e (iv) Vão Pimenta Bueno 2. As obras iniciaram em 2024 e a data prevista para a entrada em operação comercial é no segundo semestre de 2025. O investimento previsto é de R\$ 5.389 e a RAP prevista é de R\$ 827. **2 Base de preparação: Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 1 de abril de 2025. Detalhes sobre as principais políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Políticas contábeis materiais:** Uma série de novas normas contábeis foram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as novas normas contábeis (listadas abaixo) na preparação destas demonstrações financeiras porque não tiveram impacto.

Norma	Vigência
Passivos não circulantes com cláusulas restritivas e Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes – Alterações ao CPC 26/IAS 1	
Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior – Alterações ao CPC 06/IFRS 16	01/01/2024
Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7	

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário. **3.1 Títulos e valores mobiliários - circulante e não circulante** - Os saldos apresentados no circulante referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa. Incluem os CDBs com prazo de vencimento superior a 3 (três) meses. Os saldos apresentados no não circulante referem-se às aplicações financeiras em fundos de investimentos para fins de garantia do financiamento e das debêntures. **3.2 Instrumentos financeiros - (a) Classificação e mensuração** - Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Um ativo e um passivo financeiros são reconhecidos quando uma entidade se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro, exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo. Nesse caso, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que forem diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à emissão são adicionados ou reduzidos. Geralmente, ativos e passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em algumas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR). Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não é substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação, é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente às vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação: **(i) Custo amortizado** Um ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) é classificado e mensurado pelo

custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. **(ii) VJR** - Os ativos financeiros ao VJR compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao VJR. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. **(b) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros** - Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício. **3.3 Ativo de contrato** - Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: **i. Reconhecimento de receita de construção** - Tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção de 14% é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores. **ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção** - Registrada mensalmente, a partir da entrada em operação, considerando uma margem de 22% sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão. **iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido** - Registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica "Remuneração do ativo de contrato", utilizando a taxa de desconto de 11% definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir: i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS) conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. **3.4 Imposto de renda e contribuição social** - O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de (i) 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e (ii) 9% sobre o lucro tributável para contribuição

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da Jauru Transmissora de Energia S.A. - Rio de Janeiro - RJ - Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Jauru Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Jauru Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente

Veja as Notas 6.3 e 10 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

O reconhecimento do ativo de concessão e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente ("CPC 47") requer o exercício de estimativas e julgamentos significativos na determinação de mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeta ao longo do tempo. A administração, no momento da adoção inicial do CPC 47, usou estimativas e julgamentos significativos para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido nas premissas durante o reconhecimento inicial, consideramos a mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes como um principal assunto em nossa auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia

José Maurício S. de Souza Diretor Técnico	Marcus Hansen Balata Diretor Financeiro
Bruno Marcell S. M. Melo - Contador CRC-RJ 111193/O-8	

